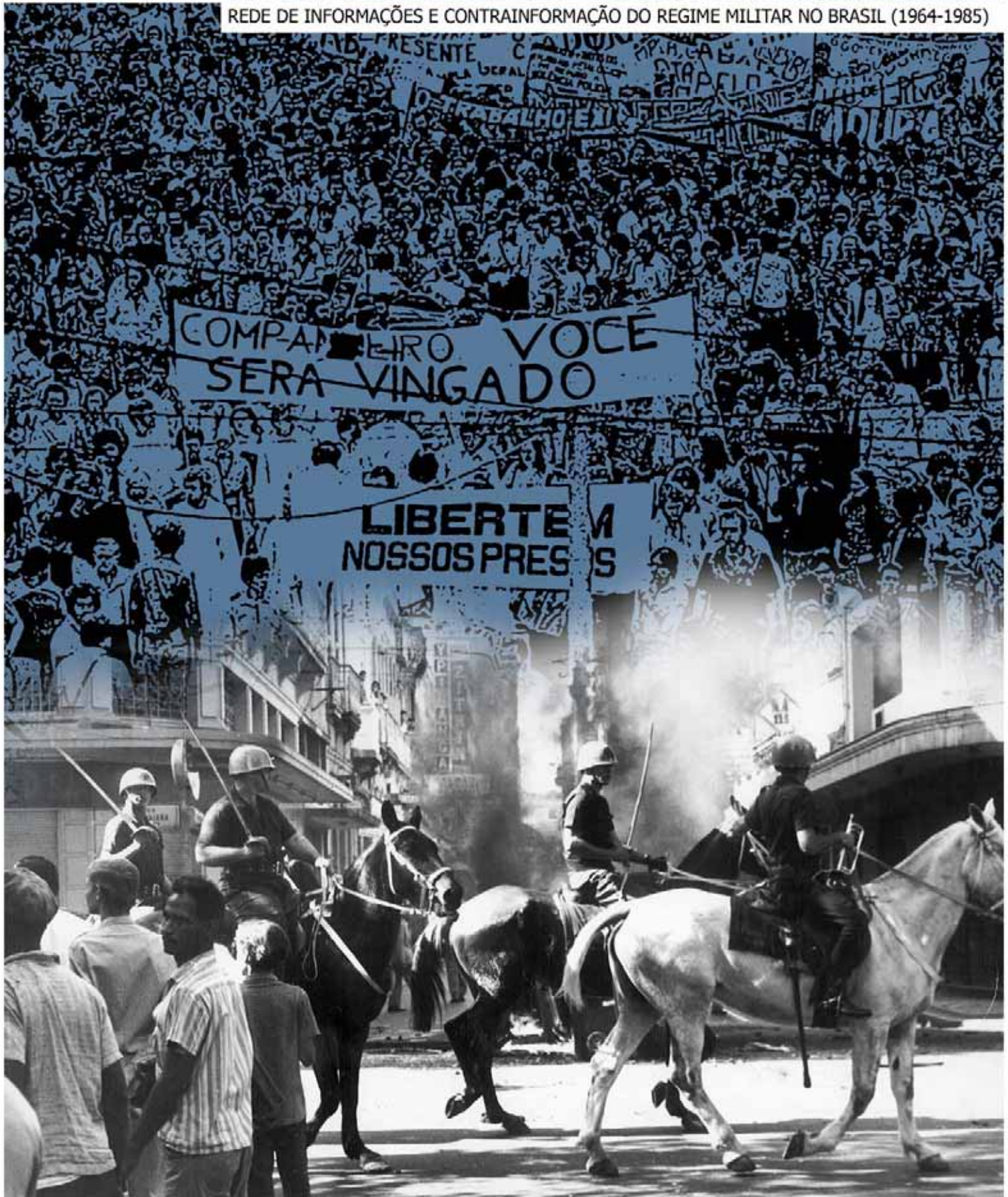


MEMORY OF THE WORLD REGISTER

CANDIDATURA

REDE DE INFORMAÇÕES E CONTRAINFORMAÇÃO DO REGIME MILITAR NO BRASIL (1964-1985)



MEMORY OF THE WORLD REGISTER

NOMINATION FORM

Rede de informações e contrainformação do regime militar no Brasil (1964-1985)

Part A • Essencial information

1	Summary	3
2	Details of the nominator	4
3	Identity and description of the documentary heritage	5
4	Justification for inclusion / Assessment against criteria	18
5	Legal information	21
6	Management plan	23
7	Consultation	24

Part B • Subsidiary information

8	Assessment of risk	25
9	Assessment of preservation	25

Part C • Lodgement

25

Annexes

Custodian institutions

1	Arquivo Nacional (Brasil)	27
2	Arquivo Público do Estado do Ceará	41
3	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	45
4	Centro de Documentação e Informação Arquivística da Universidade Federal de Goiás	49
5	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Pernambuco)	53
6	Arquivo Público do Estado do Maranhão	57
7	Arquivo Público Mineiro	60
8	Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná	64
9	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	67
10	Arquivo Público do Estado de São Paulo	80

Caderno de imagens

87

PART A • ESSENTIAL INFORMATION

1 Summary

Esta candidatura oferece para registro como Memória do Mundo um conjunto de 17 fundos produzidos pela rede de informações e contrainformação do regime militar no Brasil (1964-1985) hoje custodiados por diversos arquivos públicos do país. Essa documentação, além de outros conjuntos produzidos por entidades públicas e privadas, encontra-se disponível para consulta no portal do *Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas*, projeto que congrega esforços do Estado e da sociedade para preservar e recuperar a memória do período, e incentivar a reflexão social sobre os valores da cidadania, democracia e direitos humanos.

Em consequência do golpe militar de 31 de março de 1964, o presidente da República João Goulart foi deposto e prisões e protestos sucederam-se. Em 9 de abril foi editado o ato institucional n. 1, que permitia a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos. Nessa conjuntura iniciou-se a organização, com base na estrutura já existente, de um serviço de informações para proteção e sustentação do regime, e em 13 de junho de 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Das 4.841 punições oficiais impostas pelo regime militar, 2.990 ocorreram em 1964, muitas a partir de recomendações ou informações do SNI.

Durante a vigência do regime militar, uma legislação de exceção foi criada, além de terem sido promulgadas novas Constituição e Lei de Segurança Nacional (1967). Mais de seis mil pessoas foram condenadas pelos atos institucionais ou processadas com base na Lei de Segurança Nacional, cerca de cinquenta mil viveram a experiência dos interrogatórios policiais, trinta mil sofreram tortura, centenas morreram em consequência dela, muitas pessoas ainda são dadas como desaparecidas e milhares de cidadãos foram indiciados, acusados e condenados pela Justiça Militar.

A documentação produzida no período pelos órgãos de informação, além de outros conjuntos, integra o *Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas*, criado em 2009 pela Casa Civil da Presidência da República. Sob a coordenação do Arquivo Nacional, *Memórias Reveladas* incentiva e divulga estudos, pesquisas e reflexões sobre o tema, e atua como articulador da Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas. O banco de dados disponível no portal *Memórias Reveladas* oferece informação e, em muitos casos, cópia digital de documentos sobre investigações e diligências policiais-militares, cassações de direitos, controle individual de pessoas, associações e organizações tidas como suspeitas, acordos militares, Lei de Segurança Nacional, entre outros temas. O processo de distensão política gradual também está aí registrado, revelando a complexidade do período, o papel da resistência à ditadura e os esforços para a construção e consolidação da democracia.

Acessível a qualquer pessoa, o acervo ora apresentado para registro como Memória do Mundo é um importante testemunho para a história mundial, não somente porque na América do Sul os governos militares estabeleceram fortes laços de cooperação, mas também porque governos militares, em nosso hemisfério e em outras partes do mundo, foram implantados e se mantiveram graças à colaboração de diversas potências, a pretexto de assim afastar o risco comunista. A disponibilização deste acervo na internet constitui, para o Brasil, um marco na democratização do acesso à informação e uma valiosa ferramenta de formação da cidadania e de uma sociedade mais justa e igualitária, em consonância com o lema do *Centro de Referência*: “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

2 Details of the nominator

2.1 Name (person or organisation)

Arquivo Nacional (Brasil)

2.2 Relationship to the documentary heritage nominated

De acordo com a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, o diretor-geral do Arquivo Nacional é o presidente do Conselho Nacional de Arquivos, órgão central do Sistema Nacional de Arquivos.

De acordo, ainda, com a portaria n. 204, de 13 de maio de 2009, da Casa Civil da Presidência da República, o Arquivo Nacional é o coordenador do *Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas*.

Para fins desta candidatura, é também o representante de um consórcio de instituições públicas que apresentam seus acervos a esta nomeação conjunta.

2.3 Contact person(s)

Jaime Antunes da Silva, diretor-geral do Arquivo Nacional, presidente do Conselho Nacional de Arquivos e coordenador-geral do *Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas*

2.4 Contact details (include address, phone, fax, email)

Arquivo Nacional

Praça da República, 173 ▪ Centro

20211-350 ▪ Rio de Janeiro ▪ RJ ▪ Brasil

Tel.: 55-21-2179-1275

E-mail: diretoriageral@arquivonacional.gov.br

3 Identity and description of the documentary heritage

3.1 Name and identification details of the items being nominated

a) *Arquivo Nacional*

Fundos dos órgãos centrais do Sistema Nacional de Informações: Serviço Nacional de Informações; Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar; Comissão Geral de Investigações; Conselho de Segurança Nacional (Ver Anexo 1)

b) *Arquivo Público do Estado do Ceará*

Delegacia de Ordem Política e Social do Ceará (Ver Anexo 2)

c) *Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*

Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (Ver Anexo 3)

d) *Centro de Informação e Documentação Arquivística da Universidade Federal de Goiás*

Divisão Central de Informações do Estado de Goiás (Ver Anexo 4)

e) *Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano* (Pernambuco)

Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco (Ver Anexo 5)

f) *Arquivo Público do Estado do Maranhão*

Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (Ver Anexo 6)

g) *Arquivo Público Mineiro*

Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (Ver Anexo 7)

h) *Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná*

Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (Ver Anexo 8)

i) *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*

Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro

Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara

Delegacia Especial de Segurança Política e Social

Divisão de Polícia Política e Social

Departamento Geral de Investigações Especiais (Ver Anexo 9)

j) *Arquivo Público do Estado de São Paulo*

Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Ver Anexo 10)

3.2 Description

Dada a natureza da documentação, acervos reunidos nesta candidatura podem ser classificados em dois grandes grupos:

a) ÓRGÃOS CENTRAIS DE INFORMAÇÃO

Serviço Nacional de Informações

Constituído em 13 de junho de 1964, vinculado à Presidência da República, e extinto em 15 de março de 1990, passando suas atribuições à Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Conteúdo: documentos produzidos pelo SNI e recebidos dos diversos órgãos que compunham o extinto Sistema Nacional de Informações (SISNI), entre eles as unidades de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal, sobre repressão a organizações de esquerda, anistia, prisões, partidos políticos, movimentos populares, sindicatos, Igreja, universidades e movimento estudantil, asilo político, guerrilha urbana, guerrilha rural, terrorismo, relações internacionais, cassação de mandatos e direitos políticos. Inclui prontuários de pessoas e instituições que compunham um cadastro nacional.

Datas de produção: 1964-1990

Dimensões: 470 livros; 665 periódicos; 9.549 itens bibliográficos; 778 mapas; 6 CDs; 10.608 fotografias; 1 item iconográfico; 220.000 microfichas; 4 discos; 176 fitas audiomagnéticas; 46 itens tridimensionais; 132 metros de documentos textuais.

Comissão Geral de Investigações

Constituída em 17 de dezembro de 1968, vinculada ao Ministério da Justiça, foi declarada extinta em 1º de janeiro de 1979.

Conteúdo: processos de confisco de bens por enriquecimento ilícito, livros de protocolo, processos e dossiês contábeis com demonstrativos mensais, balanços financeiros, balancetes, propostas orçamentárias e prestações de contas.

Datas de produção: 1968-1979

Dimensões: 269 metros de documentos textuais.

Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar

Constituída em 10 de fevereiro de 1969, foi formalmente extinta em 6 de fevereiro de 1970.

Conteúdo: registros de investigação e diligências, relatórios de inquéritos policiais-militares, relatórios de atividades, denúncias e sentenças condenatórias para aplicação dos atos institucionais aos opositores políticos.

Datas de produção: 1964-1970

Dimensões: 3,24 metros de documentos textuais.

Conselho de Segurança Nacional

Existindo desde 1934 como Conselho Superior de Segurança Nacional, com a Constituição de 1937 passou a Conselho de Segurança Nacional, denominação sob a qual se manteve até 1988.

Conteúdo: processos de cassação de direitos políticos e mandatos eletivos, fichas e pastas individuais, análises de conjuntura política interna e externa, análises econômicas e sobre tratados internacionais.

Datas de produção: 1934-1990

Dimensões: 107 metros de documentos textuais.

b) ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO DE ALÇADA ESTADUAL

Delegacia de Ordem Política e Social do Ceará

Constituída em 30 de julho de 1936.

Conteúdo: prontuários individuais referentes a militantes em sindicatos, igrejas, partidos políticos, organizações de esquerda, clubes, movimento estudantil secundarista e universitário, Partido Comunista e dissidências e ligas camponesas; relatórios; requerimentos; pesquisas eleitorais; pedidos de busca de estrangeiros; demissões de servidores federais no Ceará; relatórios de agentes de polícia; informes confidenciais; cartas-denúncia; panfletos e boletins.

Datas de produção: 1964-1987

Dimensões: 312 periódicos; 10 metros de documentos textuais.

Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo

Constituída em 1953 com essa denominação, sucedeu à Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (ES), que havia sucedido à Delegacia de Ordem Política e Social (ES) e à Delegacia de Segurança Política e Social. Extinta formalmente em 1991.

Conteúdo: correspondência recebida e expedida por órgãos da Secretaria de Segurança Pública, ordens de serviços, relatórios, ofícios internos e externos, informes, radiogramas, encaminhamentos, pedidos de busca e protocolos de envio e recebimento de informações, requerimentos, atestados de conduta de ideologia política, depoimentos, inquéritos policiais, fotografias, jornais e recortes, livros, cartazes e panfletos, dossiês referentes à investigação de pessoas, instituições públicas e privadas, partidos políticos, sindicatos, organizações clandestinas, manifestações, atos públicos, eventos, eleições, movimentos grevistas e estudantis, organizações religiosas, Aliança Nacional Libertadora e Ação Integralista Brasileira, fichas policiais de identificação.

Datas de produção: 1934-1989

Dimensões: 18 livros; 336 fotografias; 1 item tridimensional; 14,94 metros de documentos textuais.

Divisão Central de Informações do Estado de Goiás

Constituída no âmbito do Departamento de Ordem Política e Social de Goiás (1976-1987), remonta ao tempo do Serviço Estadual de Informações, quando este integrava o Departamento de Polícia de Ordem Política de Goiás (1969-1973).

Conteúdo: fotografias; relatórios de agentes sobre congressos de partidos clandestinos; movimentos sociais; congressos estudantis, reuniões e viagens registradas pelos organismos de segurança; prontuários e fichas individuais; dossiês sobre eleições sindicais, movimento grevista, instituições, partidos políticos, atividades pessoais, atividades clandestinas, propaganda eleitoral e invasão de terras; recortes de jornais.

Datas de produção: [1970]-[1985]

Dimensões: 176 fotografias; 7,72 metros de documentos textuais.

Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão

Constituída em 10 de junho de 1969 por transformação da Divisão de Ordem Política e Social em Delegacia. Extinta em 30 de dezembro de 1991.

Conteúdo: correspondência com órgãos da administração pública, como Polícia Federal, ministérios, Serviço Nacional de Informações, câmaras municipais; dossiês (1.267) e fichas (16.748) contendo informações sobre indivíduos (políticos, estudantes etc.) a partir da década de 1960; panfletos; pedidos de busca; informes; encaminhamentos; relatórios; atestados de ideologia política; recortes de jornais.

Datas de produção: 1968-1991

Dimensões: 32,5 metros de documentos textuais.

Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais

Constituído a partir da transformação da Delegacia de Ordem Política e Social de Minas Gerais em departamento, em 1956.

Conteúdo: correspondência expedida e recebida; mandados de prisão; prontuários de presos políticos; fichas policiais; atestados de antecedentes político-sociais; depoimentos; ordens de serviço; pedidos de busca; autos de apreensão; materiais apreendidos; documentação de organizações (partidos políticos, organizações político-militares, sindicatos, associações comunitárias, entidades estudantis, organizações religiosas); documentação de empresas e instituições públicas; relatórios de investigação; relatórios sobre manifestações públicas (greves, eleições, eventos culturais, festas, visitas de autoridades políticas); controle da comercialização de armas e munições; movimentos na zona rural; inquéritos policiais-militares; laudos técnicos periciais; leis, decretos e portarias; panfletos; folhetos; livros; textos de análises teóricas; periódicos nacionais e estrangeiros; recortes de periódicos; caricaturas; charges; documentos pessoais; cartas anônimas; bilhetes; cartões-postais; telegramas; fotografias; materiais cartográficos e sobre censura.

Datas de produção: 1927-1982

Dimensões: 56 fotografias; 98 documentos micrográficos.

Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco

Constituída em 23 de dezembro de 1935, teve sua denominação e estrutura alterada ao longo do tempo. A partir de 1957 passou a denominar-se Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco.

Conteúdo: prontuários funcionais referentes a sindicatos, igrejas, partidos políticos, organizações de esquerda, clubes, movimento estudantil, Partido Comunista e suas dissidências, ligas camponesas; prontuários de países, estados e municípios; prontuários individuais, que correspondem a dossiês de cidadãos considerados subversivos pela polícia política; fichário geral onomástico remissivo que remete aos prontuários individuais, registrando informações básicas como nome, filiação, endereço, motivo e data da prisão; fotos; objetos tridimensionais (moedas, broches, chaves); jornais; livros; revistas; capas de livros; mapas; plantas; folders e panfletos.

Datas de produção: 1926-1991

Dimensões: 363 metros de documentos textuais.

Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná

Constituída em 15 de março de 1937.

Conteúdo: fotografias, recortes de jornais, documentos originais, fichas dos indiciados na polícia e pastas temáticas e individuais.

Datas de produção: 1920-1989

Dimensões: 4.079 fotografias; 92 metros de documentos textuais.

Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro

Constituído em 1971, por transformação do Departamento de Polícia Política e Social do Estado do Rio de Janeiro.

Conteúdo: prontuários de pessoas físicas, associações e organizações políticas; livros de frequência dos servidores; livros de protocolo de correspondência; livros de ocorrência e fichas de nomes de pessoas e entidades coletivas.

Datas de produção: 1934-1975

Dimensões: 14 metros de documentos textuais.

Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara

Em atividade com esta denominação entre 1962 e 1975. Remonta a 1935 como Delegacia Especial de Ordem Política e Social. Em 1975 foi transformado em Departamento Geral de Investigações Especiais.

Conteúdo: dossiês; prontuários; laudos; inquéritos; cartas; fichas funcionais; fotografias; mapas de frequência de servidores.

Datas de produção: 1962-1975

Dimensões: 250 itens bibliográficos; 1.441 fotografias; 10 itens sonoros; 13 metros de documentos textuais; 12 itens tridimensionais.

Delegacia Especial de Segurança Política e Social

Constituída em 13 de junho de 1933, sucedendo à 4ª Delegacia Auxiliar, criada em 1923, à qual competiam assuntos de ordem social e segurança pública. A Delegacia Especial reportava-se ao chefe da Polícia Civil do Distrito Federal, que estava vinculada, por sua vez, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Foi extinta em 28 de março de 1944.

Conteúdo: correspondência, relatórios, prontuários de pessoas físicas, inquéritos, mapas de detidos, cartazes e fotografias. Destaca-se a documentação sobre as atividades de comunistas e integralistas e sobre espionagem alemã durante a Segunda Guerra Mundial.

Datas de produção: 1905-1944

Dimensões: 58 itens iconográficos; 1.379 fotografias; 9 mapas; 24 metros de documentos textuais.

Divisão de Polícia Política e Social

Constituída em 28 de março de 1944, a Divisão de Polícia Política e Social era subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública. Foi extinta em 24 de dezembro de 1962.

Conteúdo: correspondência, boletins reservados, inquéritos, relatórios, fotografias, recortes de jornais referentes às atividades do Partido Comunista do Brasil, de sindicatos e de associações de moradores, bem como informações sobre lideranças políticas, militares e estudantis.

Datas de produção: 1944-1962

Dimensões: 2.523 fotografias; 98 microfichas; 63 metros de documentos textuais.

Departamento Geral de Investigações Especiais

Constituído em 15 de março de 1975, subordinado à Secretaria de Estado de Segurança Pública. Extinto em 13 de abril de 1983.

Conteúdo: correspondência; inquéritos; relatórios.

Datas de produção: 1975-1983

Dimensões: 22 metros de documentos textuais.

Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

Instituído originalmente como Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo em 1924, passou por diversas transformações, inclusive alteração de denominação, assumindo-se como Departamento Estadual a partir de 1945. Foi extinto em 4 de março de 1983.

Conteúdo: dossiês, prontuários, relatórios e fichas individuais, com antecedentes político-sociais; fotografias; laudos periciais; inquéritos policiais; documentos pertencentes a investigados e apreendidos por serem considerados prova de crime político, como jornais, revistas, livros, panfletos e fotografias particulares; investigações sobre estrangeiros, organizações clandestinas, movimentos estudantil e operário, encontros políticos (congressos, reuniões e comícios), associações de classe, militares e, também, sobre universidades, sindicatos e igrejas.

Datas de produção: 1924-1983

Dimensões: 1,173 metros de documentos textuais.

**LISTA DE ALGUMAS OBRAS ACADÊMICAS QUE UTILIZARAM O CONJUNTO
DE ACERVOS CITADOS COMO FONTES**

AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de; SWENSSON JR., Walter Cruz; MORAES, Maria Blassioli de (Org.). *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político; famílias 10 e 20*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2002.

_____. _____; _____. MORAES, Leticia Nunes de Góes (Org.). *O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP: famílias 30 e 40*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2002.

FERREIRA, Jorge Luís; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia: 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3).

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. O dia em que mandaram a democracia às favas. *Nossa História*, Rio de Janeiro, ano 0, v. 1, n. 1, p. 52-57, nov. 2003.

JOFFILY, Mariana. Os homens do porão. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 27, p. 70-73, dez. 2007.

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 42, n. 1, p. 40-51, jan./jun. 2006.

_____. Era proibido proibir? O DOPS, a censura e a imprensa clandestina no Brasil – AI-5. Anistia. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro, ano 0, v. 2, n. 3, p. 149-166, 1. sem. 1997.

QUADRAT, Samantha Viz. O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul. *História*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 167-181, 2003.

REIS, Daniel Aarão. Esquerda volver! (entrevista). *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 0, v. 1, n. 3, p. 46-51, set. 2005.

_____. 1968: o curto ano de todos os desejos. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, ano 0, v. 11, n. 1-2, p. 25-38, jan.-dez. 1998.

RIDENTI, Marcelo. A canção do homem enquanto seu lobo não vem: a agitação cultural e a opção pela revolução brasileira, 1964-69. *Perspectivas: revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, p. 1-40, 1991.

_____. As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia. *Cadernos AEL*, v. 8, n. 14-15, p. 259-295, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio; NASCIMENTO, Regina Malta. Trabalhadores do Brasil e peões: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários. *Tempo: revista do Departamento de História da UFF*, Rio de Janeiro, ano 0, v. 4, n. 7, p. 99-127, jul. 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. 1968. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, ano 0, v. 11, n. 1-2, p. 7-24, jan.-dez. 1998.

**EXCERTOS DE CARTAS DE ESPECIALISTAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO CONJUNTO DE ACERVOS
PROPOSTO PARA NOMINAÇÃO**

Especialistas estrangeiros

"The archives of the Brazilian military regime are unusually rich [...] In the Brazilian case, it has been possible to preserve the archives of some of the military regime's key agencies, such as the top-ranking intelligence service (*Serviço Nacional de Informações* / National Information Service), the top-ranking advisory body to the President (*Conselho de Segurança Nacional* / National Security Council) and the political police (*Delegacias / Departamentos de Ordem Política e Social* / Delegacies and Departments of Political and Social Order). As a whole, such archives allow for an insight into the intimate functioning of a modern military regime that has few comparisons [...] The Brazilian military regime set itself as – and was considered – a model for Latin American military men who took power in the 1970s. Brazil was home to some of the most sophisticated ideologues of the National Security Doctrine (a doctrine that supported military engagement in the fight against "internal enemies" and served as an ideological basis for the military coups in Latin America of the 1970s). The Brazilian military school (*Escola Superior de Guerra*) trained many Latin American high ranking military officers. [...] In short, the archives of the Brazilian military regime are crucial to understand not only the history of Brazil, but also the history of Latin America from the 1960s through the 1980s.

In 1976, Brazil entered into a secret agreement of illegal repressive cooperation with other Southern Cone countries (Chile, Argentina, Uruguay, Paraguay, Bolivia) called the Condor System [...] Thanks to the Condor System, in 1980 two Italian citizens were kidnapped in Brazil and illegally transferred to Argentina, to be killed later. Under the umbrella of the Condor System, other different illegal transnational repressive operations were carried out between 1976 and 1980, within the territory of Condor countries; the victims of such crimes included Italian, French and Spanish citizens [...] In other words, Brazilian archives include pieces of evidence that are relevant to international criminal investigations regarding human-rights violations, which are carried out even outside Latin America [...] the archives of the Brazilian military regime can be set as an example at an international level for the way in which they are preserved, described and made available to users [...] the archives of the Brazilian military regime have been impeccably arranged and described according to state-of-the-art international standards. Moreover, national and international students and scholars, journalists and human rights activists, such as the general public, can access a sophisticated and friendly guide to the archives of the Brazilian military regime through a website (*Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas* / Reference Center of the Political Struggles in Brazil (1964-1985) – Memories Revealed)."

Giulia Barrera, Mar. 16th, 2010

Archivist and Africanist historian (Ph.D., Northwestern University, USA, 2002), she is currently responsible for International Relations (*Relazioni internazionali*) in the Italian Directorate General of Archives (*Direzione generale per gli archivi*). As an historian, she has published several articles and co-edited a book on gender and race issues in colonial Eritrea. As an archivist, she has publications on Italian access law and on twentieth-century personal papers and has co-edited finding aids. From 2003 through 2006, she acted as history consultant for the Prosecutor's Office of Rome in a judicial investigation regarding 25 Italian citizens missing in different Latin American countries in the 1970s.

"As Brazil experienced a slow return in the late 1970s and early 1980s, one of the major concerns of those who had united against the military regime was the preservation of documentary records on human-rights violations that occurred under the dictatorship. Fortunately, a democratizing legislature ordered that political police files and other archives of the repressive apparatus be deposited in state archives. Thousands of scholars from undergraduate students to leading Brazilian and international historians, have been able to use this material in order to reconstruct the history of the authoritarian regime. Family members and survivors of torture and other repressive measures have also carefully studied this material in an effort to determine the fate of a loved one or friend killed after being arbitrarily incarcerated by the military and police apparatus.

This rich trove of material also contains a wide range of sources that have proven invaluable to historians who are researching the long-term effects of the Cold War in Brazil and in Latin America and the ways through which countries got swept into geopolitical considerations that sacrificed the democratic rule of law for other considerations."

James N. Green, Mar. 11th, 2010

Ph.D. in Latin American history at UCLA in 1996, he is a professor at Brown University and works on the political, social and cultural history of nineteenth and twentieth-century Brazil. He has traveled extensively throughout Latin America and lived eight years in Brazil. He served as the Director of the Center for Latin American and Caribbean Studies at Brown University from 2005 to 2008. He is a past president of the Brazilian Studies Association (BRASA) and served as the President of the New England Council on Latin American Studies (NECLAS) in 2008 and 2009. Author of several books and articles. Among recent ones, the following stand out:

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. 540 p.

_____. *Beyond carnival: male homosexuality in twentieth-century Brazil*. Chicago: University of Chicago Press, 1999. 408 p.

_____. *The Brazil reader: history, culture, politics*. 2. ed. Duke University Press, forthcoming 2010. [Updating of first edition by Robert M. Levine and John J. Crocitti].

_____. Clergy, exiles, and academics: opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States, 1964-1974. *Latin American Politics and Society*, v. 45, n. 1, p. 87-117, 2003.

_____. Democratization, privatization and working-class resistance: Brazil in transition. *Latin American Perspectives*, v. 21, n. 1, p. 3-6, jan. 1994.

_____. Foreword. In: SKIDMORE, Thomas E. *Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy*. 40. ed.. New York: Oxford University Press, 2007, p. xv-xxiii.

_____. Introduction: Brazil in the aftershock of neoliberalism. *Latin American Perspectives*, v. 27, n. 6, p. 5-8, nov. 2000.

_____. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. *Cadernos Edgard Leuenroth: Homossexualidade: Sociedade Movimentos e Lutas*, v. 10, n. 18/19, p. 13-44, 2003.

_____. The personal and the political under the Brazilian Military Regime, 1964-85. In: SATTAMINI, Lina Penna. *A mother's cry: a memoir of politics, prison and torture under the Brazilian Military Dictatorship*. Durham: Duke University Press, 2010, 25 p. (no prelo).

_____. *We cannot remain silent: opposition to the brazilian military dictatorship in the United States, 1964-85*. Durham: Duke University Press, 2010. (Edição em português: *Apesar de vocês: a oposição à ditadura militar nos EUA, 1964-85*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009).

_____; CHARLIP, Julie A. Introduction: rethinking theory and practice. *Latin American Perspectives*, v. 20, n. 2, p. 3- 5, abr. 1993.

_____; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 67-89, jun. 2009

_____; LEIBNER, Gerardo. New views on the history of Latin American communism. *Latin American Perspectives*, v. 35, n. 2, p. 3-8, mar. 2008.

_____; LESSER, Jeffrey; AVILA, Jerry d'. Introducción: re-thinking race and ethnicity in Brazil: essays in honor of Thomas E. Skidmore. *Estudios interdisciplinarios de America Latina y el Caribe*, Tel Aviv University, Israel, v. 19, n. 1, 2008.

_____; MALUF, Sônia (Ed.). Homossexualidade: sociedade, movimento e lutas. *Cadernos Edgard Leuenroth*, UNICAMP, Campinas, Brasil, v. 10, n. 18/19, 2003.

_____; RONIGER, Luis. Introduction: Exile and Political Exclusion in Latin America. *Latin American Perspectives*, v. 34, n. 4, p. 3-6, jul. 2007.

_____; SKIDMORE, Thomas E.; SMITH, Peter H. *Modern Latin America*. 7. ed. New York: Oxford University Press, 2010.

Especialistas brasileiros

"No seu conjunto, este *corpus* documental comprova a repressão política institucionalizada, empreendida pelos aparelhos do Estado moderno, que, apoiados por uma legislação específica, exerceram o controle social, sem limites. Articulados com diferentes entidades brasileiras, procuraram inibir, deter, impedir, desarticular e punir os movimentos político-sociais de contestação à ordem vigente. O cruzamento com os demais fundos documentais (em nível estadual) permite a reconstituição do cotidiano da polícia política que, em tempos de ditadura, foge à normatização. A repressão assume aspectos de violência deliberada com práticas de tortura, desaparecimento e extermínio. Índícios importantes, pois, para denunciar os abusos e apurar as responsabilidades, punir torturadores e dimensionar as reparações políticas aos anistiados políticos.

Além deste viés – o da repressão institucionalizada – é possível também reconstituirmos os múltiplos movimentos de resistência que, no Brasil e no exterior, investiram contra os regimes ditatoriais e contribuíram para o processo de ampliação dos direitos civis e da própria anistia. Essa documentação atenta para a mobilização da sociedade civil que, mesmo na clandestinidade, conseguiu se reorganizar, fortalecendo a oposição ao regime militar. Por meio dos documentos confiscados e anexados aos processos jurídicos, prontuários e dossiês policiais, podemos escrever a história e construir a memória dos vários movimentos que forçaram o fim da ditadura militar."

Maria Luiza Tucci Carneiro, 25 fev. 2010

Historiadora, mestre, doutora e livre-docente, é professora da Universidade de São Paulo, tendo como principais objetos de estudo o racismo, o antissemitismo e a história política brasileira contemporânea. Coordena o Laboratório de Estudos da Memória Política Brasileira (PROIN), o qual, em parceria com Arquivo Público do Estado de São Paulo, desenvolve projeto sobre o fundo DEOPS/SP; o Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER) e o projeto Arquivo Virtual sobre Holocausto e Antissemitismo (ARQSHOAH). Autora de diversos livros e artigos, destacam-se, entre os recentes:

CARNEIRO, M. L. T. *Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. 327 p.

_____. *O veneno da serpente: reflexões sobre o antissemitismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2003. 175 p.

_____; KOSSOY, B. *Os jornais confiscados pelo DEOPS, 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2003. 294 p.

_____; _____. COUTO SOBRINHO, F. *PROIN – Projeto Integrado Arquivo Público do Estado/Universidade de São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Fapesp; PROIN, 2006. 74 p.

_____; LAFER, C. *Judeus e judaísmo na obra de Lasar Segall*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. 181 p.

_____. (Ed.). *Seminários* (revista), São Paulo, Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, n. 2, abr. 2003. Número dedicado ao tema Mitos políticos e repressão aos comunistas no Brasil República.

_____. (Org.). *O antissemitismo nas Américas*: história e memória. São Paulo: Edusp, 2007. 680 p.

_____. (Org.). *Ensaio sobre a intolerância*: inquisição, marranismo e antissemitismo (homenagem a Anita Novinsky). 2. ed. São Paulo: Associação Humanitas, 2005.

_____.; ANDREUCCI, A. G.; OLIVEIRA, V. (Org.). *Cultura amordaçada*: intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS. São Paulo: Imprensa oficial; Arquivo do Estado, 2002. (Série Inventários DEOPS)

_____.; BRUSANTIN, Beatriz (Org.). *Na boca do sertão*: as cidades do interior sob a vigilância do DEOPS. São Paulo: Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2003. 230 p. (Série Inventários DEOPS)

_____.; PARRA, Lúcia Silva (Org.). *Anarquistas rebeldes*: resistência e repressão. São Paulo: Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2003. 200 p. (Série Inventários DEOPS)

_____.; SILVA, Emiliana Andréo da (Org.). *O despertar do campo*: lutas camponesas no interior do estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2003. 200 p. (Série Inventários DEOPS)

"A importância desses acervos decorre não apenas de sua capacidade de esclarecer o modo de agir da espionagem e da polícia política do regime militar, mas também de sua função comprobatória para que as vítimas da repressão pleiteiem reparações. Ademais, em função da proeminência econômica e política do Brasil nos anos 1960 e 1970, bem como de seu particular relacionamento com os Estados Unidos, trata-se de documentação importante para o estudo da repercussão da Guerra Fria na América Latina e para a colaboração havida entre as ditaduras do Cone Sul, conhecida como 'Operação Condor'."

Carlos Fico, 12 fev. 2010

Bacharel, mestre e doutor em história, fez estágio de pós-doutoramento na Universidade de São Paulo (2006-2007), professor associado da Universidade do Rio de Janeiro e coordenador do Programa de Pós-graduação em História Social (2002-2006). Pesquisador do CNPq, recebeu o "Cientista do Nosso Estado" (FAPERJ, 2003-2006) e o prêmio Sergio Buarque de Holanda de Ensaio Social (Biblioteca Nacional, 2008). Pesquisa sobre ditadura militar no Brasil e na Argentina, historiografia brasileira, rebeliões populares no Brasil republicano e história política dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Autor de diversos livros e artigos, destacam-se, entre os recentes:

FICO, Carlos. *Além do golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. 391 p.

_____. *Como eles agiam*: os subterrâneos da ditadura militar - espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. 269 p.

_____. *O grande irmão*: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 334 p.

- _____. *Ibase: usina de idéias e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. 182 p.
- _____. *O regime militar no Brasil (1964-1985)*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 47 p.
- _____. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. 188 p.
- _____; ARAUJO, Maria Paula (Org.). *40 anos do golpe de 1964: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras; Faperj, 2004. 399 p.
- _____; FERREIRA, Marieta de M.; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, S. V. *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. 395 p.

"O acervo cuja candidatura está sendo apresentada tem, além da significação para o nosso país, uma relevância mundial. O Brasil é de todos os países latino-americanos que sofreram ditaduras no período, aquele cujo acervo governamental foi mais preservado e, dada a política internacional então exercida, é visível nos documentos a articulação repressiva que estabeleceu com outras nações da América do Sul. A visão da democracia como valor universal e o compromisso de todos os Estados com o respeito aos direitos humanos dá aos fundos documentais ora candidatados um caráter pedagógico, como afirma o lema do projeto Memórias Reveladas – 'Para que não se esqueça, para que não mais aconteça'."

Paulo Sergio de Moraes Sarmiento Pinheiro, 12 fev. 2010

Coordenador de pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) e consultor para a elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos III, foi professor da USP e de universidades estrangeiras (Brown University, Columbia University, Notre Dame University, Oxford University e École des Hautes Études en Sciences Sociales). Comissionado por diversos organismos internacionais, atuou como relator da Infância da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), co-presidente do Painel de Pessoas Eminentes indicado pelo governo suíço para a preparação de agenda para os Direitos Humanos (Protecting Dignity, 2008), consultor internacional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha; especialista independente, indicado pelo secretário-geral da ONU em 2003, para preparação de estudo sobre violência contra crianças, o World Report on Violence against Children (www.violencestudy.org); relator especial da ONU para a Situação dos Direitos Humanos em Burundi (1995-1998) e em Myanmar (2000-2008); membro da extinta Subcomissão para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos da ONU, onde apresentou o United Nations Principles on Housing and Property Restitutions for Displaced Person [The Pinheiro Principles] 2006 (<http://www.state.gov/documents/organization/99774.pdf>), e o Handbook on Housing and Property Restitution for Refugees and Displaced Persons: Implementing the Pinheiro Principles, 2007 (www.unhcr.org/refworld/docid/4693432c.html). No Brasil, foi secretário especial dos Direitos Humanos (governo Fernando Henrique Cardoso) e relator do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH (1996 e 2002). Autor de diversos artigos, ensaios e livros sobre história social, democracia, violência e direitos humanos, destacam-se, entre os recentes:

PINHEIRO, Paulo Sergio. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Report on corporal punishment and human rights of children and adolescents*. S.l.: Inter-American Commission on Human Rights, 2009. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/Ninez/CastigoCorporal2009/CastigoCorporal.1eng.htm>. Acesso em: fev. 2010.

_____. (Org.). *O papel da polícia no regime democrático*. São Paulo: Mageart, 1996.

_____. (Org.). *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. 254 p.

_____.; ALMEIDA, Guilherme de. *Violência urbana*. 2. ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2008. 96 p.

_____.; GUIMARAES, S. P. (Org.). *Direitos humanos no século XXI*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/ Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.

_____.; HALL, M. *Trabalhadores do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1990.

_____.; HOLTZMAN, Zelda; ZACKLIN, Ralph. *Report of the United Nations: Independent Special Commission of Inquiry for Timor-Leste*. Genebra: Serviço de Publicações das Nações Unidas, 2006. 79 p.

_____.; O'DONNEL, G.; MÉNDEZ, Juan (Org.). *La (in)efectividad de la ley y la exclusión en América Latina*. Argentina: Paidós, 2002. 336 p.

_____.; SACHS, I.; WILHEIM, J. (Org.). *Brazil: a century of change*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2009. 364 p.

4 Justification for inclusion / Assessment against criteria

4.1 Is authenticity established?

Os documentos que integram o acervo são autênticos, tendo sido produzidos e acumulados no decorrer das atividades desenvolvidas pelos órgãos produtores.

4.2 Is world significance, uniqueness and irreplaceability established?

A documentação proposta à nomeação é, sem dúvida, singular e insubstituível, sendo fundamental para a construção da história dos regimes de exceção na América Latina na segunda metade do século XX e para a defesa dos direitos humanos. No que diz respeito à pesquisa acadêmica, esses conjuntos documentais são fontes imprescindíveis para o conhecimento das políticas e ações dos governos militares. A historiografia brasileira sobre o período, até então restrita a ter como fontes relatos de militantes de organizações clandestinas e arquivos particulares, pode agora ser ampliada com pesquisas baseadas em novos documentos, objetos e abordagens.

Esses acervos contêm ainda os documentos produzidos por ocasião de interrogatórios, investigações, operações militares e policiais, e são fontes imprescindíveis, por exemplo, para a elucidação de fatos políticos, registros de falecimento ou de localização de corpos de

desaparecidos políticos. Tomando como amostra os 7.658 requerimentos atendidos pelo Arquivo Nacional no período de 2006 a dezembro de 2009, deste total, 4.149 eram de cidadãos, 2.973 provenientes da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, 335 da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República e 105 provenientes de procuradorias da República ou do Judiciário.

- 4.3 Is one *or more* of the criteria of (a) time (b) place (c) people (d) subject and theme (e) form and style (f) social, spiritual and community significance satisfied?

(a) Time

1920-1991

As datas-limite recuam até 1920, quando os primeiros órgãos de polícia política são criados. Pelo processo de herança de fundos, os sucessores desses órgãos receberam a documentação já existente. Do ponto de vista nacional, por abranger um intervalo tão longo, o acervo possui documentos sobre a repressão ao movimento operário, desde a fase anarco-sindicalista, com grande número de lideranças estrangeiras, e também farto material relativo à ditadura de Vargas (1930-1934, 1937-1945), inclusive sobre os movimentos comunista e fascista que polarizaram a luta política entre 1935 e 1938. Desse período destaca-se a documentação sobre Luís Carlos Prestes, principal líder do Partido Comunista Brasileiro, e sua esposa, a judia alemã Olga Benário Prestes, extraditada, grávida, para a Alemanha hitlerista e morta em um campo de concentração. A volta à normalidade democrática, entre 1946 e 1964, não significou a extinção do controle policial sobre vários cidadãos e instituições, até porque, com exceção do período 1946-1947, os comunistas e simpatizantes foram sempre vigiados de perto.

Do ponto de vista internacional, o período do regime militar no Brasil coincide com o estabelecimento de governos semelhantes em outros países latino-americanos, especificamente Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. A troca de informações e a colaboração que os governos desses países estabeleceram, em diferentes níveis, podem ser contrapostas aos esforços, também documentados pelas autoridades policiais, de cidadãos que denunciaram perseguições, acolheram fugitivos de países vizinhos ou lhes facilitaram o exílio em outros continentes.

(b) Place

Brasil e, por proximidade territorial e política, demais países do continente americano, principalmente aqueles que também viveram regimes de exceção, como Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

(c) People

As informações recuperadas nessa documentação fundamentam inúmeros pedidos de indenização ao Estado brasileiro por vítimas do regime e se constituem em provas em processos contra

torturadores e outros agentes oficiais envolvidos na repressão. Individualmente ou por meio das comissões de Anistia e de Mortos e Desaparecidos Políticos, tais acervos têm sido fundamentais para a reparação dos direitos violados de milhares de cidadãos brasileiros.

(d) Subject and theme

O acervo proposto evidencia os riscos que a sociedade corre quando o Estado atenta contra as liberdades democráticas e permite a violação dos mais elementares direitos humanos. Desrespeito à intimidade e à vida privada, restrições às liberdades de expressão e de pensamento e do direito de ir e vir evoluem para atentados à vida, tortura e desaparecimento físico, chegando-se a subtrair das famílias o direito de enterrar seus mortos. É, portanto, importante não só em termos do valor histórico e legal, mas como recurso didático para as novas gerações, no sentido de estimular o apreço pela liberdade, a democracia e os direitos humanos. No que se refere à indexação temática, algumas das principais entradas para recuperação desses fundos são:

Brasil – Forças Armadas – Atividades políticas;

Brasil – História – 1964-1985;

Brasil – Política e governo – 1964-1985;

Brasil – Política militar;

Ditaduras e ditadores;

Governo militar – América do Sul;

Militarismo – América do Sul;

Perseguição política;

Política internacional;

Relações entre civis e militares – Brasil;

Segurança nacional – Brasil;

Serviço de inteligência – Brasil – História.

(e) Form and style

Formados, principalmente, por documentos textuais, os acervos propostos reúnem também, entre outros suportes, fotografias, mapas, livros, periódicos, microfichas, discos e fitas audiomagnéticas.

(f) Social, spiritual and community

A documentação tem impacto na história mundial por registrar a luta de uma parcela significativa de cidadãos pela democracia enquanto valor universal no século xx, e é de inestimável importância para a história do Brasil e da construção e derrocada dos regimes de exceção na América Latina. Tais acervos têm, além disso, uma inquestionável dimensão social, ao permitir o resgate da cidadania dos brasileiros e reafirmar os princípios democráticos e os direitos humanos.

4.4 Are there issues of rarity, integrity, threat and management that relate to this nomination?

Rarity

Integrados por documentos originais, os conjuntos propostos são únicos e insubstituíveis, constituindo, ademais, prova evidente da maneira como o Estado brasileiro se organizou para a manutenção do regime de exceção. O duplo caráter de raridade e unicidade vale tanto para os documentos produzidos pelos órgãos de repressão quanto para os documentos apreendidos, como jornais alternativos e planos de ação de organizações de esquerda, que foram preservados e constituem importante testemunho da resistência no período.

Integrity

Não houve, desde seu recolhimento às entidades custodiadoras, qualquer intervenção na formação e integridade dos conjuntos documentais.

Threat

Com os recolhimentos foram dirimidas quaisquer ameaças à integridade e à conservação dos acervos dos governos militares, garantindo-se sua conservação e armazenamento seguro.

Management

Ver item 6

5 Legal information

5.1 Owner of the documentary heritage (name and contact details)

Arquivo Nacional

Praça da República, 173 ▪ Centro

20211-350 ▪ Rio de Janeiro ▪ RJ ▪ Brasil

Tel.: 55-21-2179-1275

E-mail: diretoriageral@arquivonacional.gov.br

Arquivo Público do Estado do Ceará

Rua Senador Alencar, 348 ▪ Centro

60030-050 ▪ Fortaleza ▪ CE ▪ Brasil

Tel.: 55-85-3101-2615

E-mail: apec@secult.ce.gov.br

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Rua Sete de Setembro, 414 ▪ Centro

29001-970 ▪ Vitória ▪ ES ▪ Brasil

Tel.: 55-27-3223-8037

E-mail: diretorgeral@ape.es.gov.br

Arquivo Público do Estado do Maranhão

Rua de Nazaré, 218 ▪ Centro
65010-410 ▪ São Luís ▪ MA ▪ Brasil
Tel.: 55-98-3218-9927
E-mail: maricon95@hotmail.com

Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná

Rua dos Funcionários, 1.796 ▪ Cabral
80035-050 ▪ Curitiba ▪ PR ▪ Brasil
Tel.: 55-41-3352-2299
E-mail: daysilucia@seap.pr.gov.br

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Pernambuco)

Rua do Imperador D. Pedro II, 371 ▪ Santo Antônio
50010-240 ▪ Recife ▪ PE ▪ Brasil
Tel.: 55-81-3181-4126
E-mail: pedromoura@bol.com.br

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Praia de Botafogo, 480 ▪ Botafogo
22250-040 ▪ Rio de Janeiro ▪ RJ ▪ Brasil
Tel.: 55-21-2332-1449
E-mail: aperj@aperj.rj.gov.br

**Centro de Informação e Documentação Arquivística
da Universidade Federal de Goiás**

Campus Samambaia (Campus II), s.n., Caixa Postal 131
74001-970 ▪ Goiânia ▪ GO ▪ Brasil
Tel.: 55-62-3521-1055
E-mail: heloisa@proad.ufg.br

Arquivo Público Mineiro

Av. João Pinheiro, 372 ▪ Funcionários
30130-180 ▪ Belo Horizonte ▪ MG ▪ Brasil
Tel.: 55-31-3269-1060
E-mail: apm@cultura.mg.gov.br

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Rua Voluntários da Pátria, 596 • Santana

02010-000 • São Paulo • SP • Brasil

Tel.: 55-11-2221-2306

E-mail: saesp@arquivoestado.sp.gov.br

5.2 Custodian of the documentary heritage (name and contact details, if different to owner)

5.3 Legal status

(a) **Category of ownership:** instituições públicas

(b) **Accessibility:** condicionada aos termos da Constituição brasileira (art. 5º) e à lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, além de, em alguns casos, por legislação estadual pertinente

(c) **Copyright status:** condicionado aos termos da lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998

(d) **Responsible administration:** instituições públicas custodiadoras dos arquivos

(e) **Other factors**

6 Management plan

6.1 Is there a management plan in existence for this documentary heritage?

Os acervos reunidos nesta candidatura não possuem um plano único de gestão, até porque são custodiados por instituições diversas. No entanto, sua reunião no âmbito do *Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas* constitui um fator aglutinador na direção de um programa de preservação deste importante testemunho de um período significativo da história da humanidade. Este programa prevê a obtenção de recursos para arranjo, microfilmagem e digitalização dos documentos, além de sua descrição de acordo com uma única metodologia, a Norma Brasileira de Descrição (Nobrade), plenamente compatível com as normas do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). A nomeação do conjunto, por si, também constituirá importante chancela, que reforçará a estratégia política de valorização dos acervos.



Conservação, restauração
e digitalização de documentos
do DOPS/PR, DOPS/RJ e DOPS/SP

7 Consultation

7.1 Provide details of consultation about this nomination with (a) the owner of the heritage (b) the custodian (c) your national or regional *Memory of the World* committee

Os proprietários e custodiadores da documentação foram consultados e manifestaram seu apoio à proposta, fornecendo as informações necessárias. O Comitê Nacional da Memória do Mundo já reconheceu a importância da valorização de acervos que reúnem informações sobre o período do regime militar no Brasil, por intermédio da nomeação do acervo do DOPS-RJ, mantido pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Por outro lado, a nomeação, em nível internacional, de acervos semelhantes de outros países (como os do Chile, Argentina, Paraguai e República Dominicana) demonstra a importância de documentos desse tipo para a humanidade.

PART B ▪ SUBSIDIARY INFORMATION

8 Assessment of risk

8.1 Detail the nature and scope of threats to this documentary heritage

O *Centro de Referência* acredita que o principal risco que correm esses acervos advém da falta de controle sobre os documentos, o que está sendo solucionado por meio da organização e descrição que todos os parceiros estão realizando. A divulgação da existência desses acervos e sua disponibilização para consulta são também importante argumento para sua preservação. A própria nomeação como Memória do Mundo pretende funcionar como elemento facilitador de sua adequada guarda e preservação.

9 Assessment of preservation

9.1 Detail the preservation context of the documentary heritage

A preservação desses acervos é, de modo geral, razoável, ainda que cada custodiador tenha condições de guarda bastante diferentes. Além disso, na medida em que o próprio manuseio pode prejudicar os documentos produzidos em suportes de baixa qualidade de preservação, o *Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas* tem oferecido projetos para que, em regime de mecenato, tais documentos sejam microfilmados e digitalizados.

PART C ▪ LODGEMENT

This nomination is lodged by Jaime Antunes da Silva

(Signature) _____

(Date) _____



MEMORY OF THE WORLD REGISTER

CANDIDATURA

REDE DE INFORMAÇÕES E CONTRAINFORMAÇÃO DO REGIME MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

ANEXOS

ANEXO 1

A) DATA ON THE PARTY SUBMITTING THE APPLICATION	
Name of the custodian institution of the records proposed	Arquivo Nacional (Brasil)
Nature of the custodian institution (public or private)	Pública
If public, specify under what body	Casa Civil da Presidência da República (Brasil)
ADDRESS OF THE CUSTODIAN INSTITUTION OF THE RECORDS PROPOSED Street / Avenue Praça da República n. 173 Neighborhood / District Centro P.O. Box Zip Code 20211-350 City Rio de Janeiro State Rio de Janeiro Country Brasil Country Code 55 City Code 21 Tel. 2179-1273 Tel. 2179-1276 Fax 2179-1275 E-mail diretoriageral@arquivonacional.gov.br Website http://www.arquivonacional.gov.br	
Opening times	De 8h30 às 17h45, de segunda a sexta-feira
ADDRESS OF THE CUSTODIAN INSTITUTION OF THE RECORDS PROPOSED Street / Avenue Prédio da Imprensa Nacional Quadra 6 (Lote 800) Neighborhood / District SIG P.O. Box Zip Code 70604-900 City Brasília State Distrito Federal Country Brasil Country Code 55 City Code 61 Tel. 3344-8242 Tel. 3344-1038 Fax E-mail arquivonacional.coreg@arquivonacional.gov.br Website http://www.arquivonacional.gov.br	
Opening times	De 8h30 às 17h45, de segunda a sexta-feira

B) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED ¹	
1 Identity statement area	
Reference code	BR DFANBSB,XX V8
Title	Serviço Nacional de Informações
Date	1964-1990
Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk or size)	<p>Bibliográfico(s) – livro(s) – 470 item(ns)</p> <p>Bibliográfico(s) – periódico(s) – 665 item(ns)</p> <p>Bibliográfico(s) – sem especificação – 9.549 item(ns)</p> <p>Cartográfico(s) – mapa(s) – 778 item(ns)</p> <p>Formato(s) digital(is) – cd(s) – 6 item(ns)</p> <p>Iconográfico(s) – fotografia(s) – 10.608 item(ns)</p> <p>Iconográfico(s) – sem especificação – 1 item(ns)</p> <p>Micrográfico(s) – microficha(s) – 220.000 item(ns)</p> <p>Sonoro(s) – disco(s) – 4 item(ns)</p> <p>Sonoro(s) – fita(s) audiomagnética(s) – 176 item(ns)</p> <p>Tridimensional(is) – sem especificação – 46 item(ns)</p> <p>Textual(is) – sem especificação – 132 m</p>
2 Context area	
Name of creator	Serviço Nacional de Informações (Brasil), 1964-1990
Administrative/biographical history	<p>A lei n. 4.341, de 13 de junho de 1964, criou o Serviço Nacional de Informações (SNI) como órgão da Presidência da República, com a finalidade de superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessassem à segurança nacional. O serviço então criado, e que teve seu primeiro regulamento aprovado pelo decreto n. 55.194, de 10 de dezembro de 1964, compreendia uma Chefia, composta pelo chefe do Serviço, que deveria ser pessoa civil ou militar de confiança do presidente da República, assistentes e Gabinete, além de uma agência central no Distrito Federal (DF) e agências regionais, tantas quantas se fizessem necessárias. O chefe do SNI tinha prerrogativas de ministro de Estado.</p> <p>O Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), até então integrante da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, foi</p>

¹ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

	<p>absorvido como agência regional, com sede no Rio de Janeiro, estado da Guanabara. Previa-se, ainda, pelo citado regulamento, que, enquanto não fosse instalada a Agência Central no DF, a agência regional da Guanabara funcionaria como agência central. Assim, parte da segurança e da Seção Administrativa do Gabinete do SNI foi, temporariamente, alocada na Agência da Guanabara.</p> <p>Entre as atribuições do chefe do SNI, competia-lhe estabelecer ligação direta com órgãos federais, estaduais e municipais, com entidades paraestatais e autárquicas, além de poder solicitar a colaboração de entidades privadas; criar e extinguir agências conforme a necessidade; requisitar funcionários e propor a designação de oficiais das Forças Armadas; e classificar assuntos como secreto e ultrassecreto de acordo com o "Regulamento para a salvaguarda das informações que interessam à segurança nacional".</p> <p>O SNI teve novos regulamentos aprovados pelos decretos n. 60.182, de 3 de fevereiro de 1967, e n. 82.379, de 4 de outubro de 1978, cujo teor não foi divulgado, medida certamente respaldada na lei n. 4.341/1964.</p> <p>Por fim, o decreto n. 96.876, de 29 de setembro de 1988, dispôs sobre o regulamento do SNI, destacando o seu papel na atividade de informação e contrainformação em proveito da política nacional, especialmente quanto à soberania nacional e à defesa do Estado democrático. Entre outras competências, o regulamento estabeleceu que competia ao SNI difundir conhecimentos para a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional; salvaguardar e assistir entidades nacionais no que se refere à salvaguarda de conhecimentos e dados sob a responsabilidade do Estado; estabelecer doutrina nacional de informações; preparar profissionais, realizar pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico em proveito da atividade de informação; colaborar no controle de transferência de tecnologia, considerado o interesse público; e colaborar com órgãos e entidades encarregados da atividade de controle de estrangeiros.</p> <p>O SNI foi extinto pela medida provisória n. 150, de 1990, passando suas atribuições à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e pela Polícia Federal.</p>
3 Content and structure area	
Scope and content	<p>Documentos produzidos pelo SNI e recebidos dos diversos órgãos que compunham o extinto Sistema Nacional de Informações (SISNI), entre eles as unidades de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal, sobre repressão a organizações de esquerda, anistia, prisões, partidos políticos, movimentos populares, sindicatos, Igreja, universidades e movimento estudantil, asilo político, guerrilha urbana, guerrilha rural, terrorismo, relações internacionais, cassação de mandatos e direitos políticos.</p>

System of arrangement	<p>Organizado parcialmente</p> <p>Organização cronológica, numérica, por assunto e nominal</p> <p>Organizado totalmente: o acervo microfilmado</p> <p>Em fase de tratamento: o acervo fotográfico, livros folhetos e filmes, que estavam anexados aos processos ou dossiês (ACEs), integralmente migrados para o suporte micrográfico.</p>
4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	<p>Com restrição – Documento(s) com informação(ões) pessoal(is)</p> <p>Consulta assegurada mediante a expedição de certidões de informações e de cópias autenticadas dos documentos solicitados, atendida a legislação vigente (decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências).</p>
Conditions governing reproduction	Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002
Language/scripts of material	Português
Finding aids	
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	
Existence and location of copies	
Related units of description	
Publication notes	
6 Notes area	
Note	

C) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED ²	
1 Identity statement area	
Reference code	BR DFANBSB,XX AAJ
Title	Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar
Date	1964-1970
Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk or size)	Textual(is) – sem especificação – 3,24 m
2 Context area	
Name of creator	Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, 1969-1970
Administrative/biographical history	<p>A Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar foi instituída pelo decreto-lei n. 459, de 10 de fevereiro de 1969, tendo por embasamento a exposição de motivos n. 46-SG/CSN (Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, órgão vinculado à Presidência da República).</p> <p>Era integrada por representantes das três forças armadas sob a presidência de um general-de-divisão e contava com o assessoramento do Ministério Público.</p> <p>Tinha por finalidade coordenar as atividades de combate à subversão, em todas as suas fases: preparatória, na qual predominavam as investigações, que podiam ser realizadas por ela mesma ou solicitadas a outros órgãos (por exemplo, o Serviço Nacional de Informações, as divisões de Segurança e Informações e a Polícia Federal); de repressão, que culminava com os inquéritos; e de conclusão da ação e acompanhamento na Justiça. Dessa forma, a comissão identificou nos estados inquéritos policiais-militares e inquéritos policiais, flagrantes, fichas de indiciados e fichas auxiliares, computando envolvidos julgados, condenados, absolvidos, foragidos e excluídos dos processos. Realizou também transportes de prisioneiros, de modo a facilitar o andamento de inquéritos.</p> <p>Funcionou no Rio de Janeiro, primeiramente nas dependências da Diretoria do Ensino de Formação do Ministério do Exército e, a partir de 15 de março, em salas do Tribunal de Contas da União e do Ministério do</p>

² On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

	<p>Planejamento, no prédio do Ministério da Fazenda.</p> <p>A partir do trabalho da comissão, foram realizadas 320 aplicações do ato institucional n. 5 e 24 aplicações do ato institucional n. 10, 23 investigações, 52 representações ao Ministério da Educação e Cultura, quatro estudos de situação e uma instrução, além de terem sido instaurados nove inquéritos policiais e 21 inquéritos policiais-militares e propostos cinco anteprojetos de lei.</p> <p>Encerrou seus trabalhos em 30 de novembro de 1969, quando contava com cinquenta servidores, dos quais 35 eram militares e quinze, civis. Foi extinta formalmente pelo decreto-lei n. 1.084, de 6 de fevereiro de 1970.</p>
3 Content and structure area	
Scope and content	Correspondência com os órgãos de informações – Serviço Nacional de Informações (SNI), Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e Polícia Federal, com as secretarias de Segurança Pública dos estados e territórios e polícias militares, referentes à investigação e diligências, relatórios de inquéritos policiais-militares, relatórios de atividades, denúncias e sentenças condenatórias.
System of arrangement	Organizado totalmente
4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	<p>Com restrição – Documento(s) com informação(ões) pessoal(is)</p> <p>Consulta assegurada mediante a expedição de certidões de informações e de cópias autenticadas dos documentos solicitados, atendida a legislação vigente (decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências).</p>
Conditions governing reproduction	Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002
Language/scripts of material	Português
Finding aids	
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	

Existence and location of copies	
Related units of description	
Publication notes	
6 Notes area	
Note	
D) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED³	
1 Identity statement area	
Reference code	BR DFANBSB,XX 1M
Title	Comissão Geral de Investigações
Date	1968-1979
Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk or size)	Textual(is) – sem especificação – 264 m
2 Context area	
Name of creator	Comissão Geral de Investigações (Brasil), 1968–1979
Administrative/biographical history	<p>A Comissão Geral de Investigações foi criada pelo decreto n. 53.897, de 27 de abril de 1964, com prazo determinado de atividade, sendo extinta pelo decreto n. 54.609, de 26 de outubro de 1964.</p> <p>O decreto-lei n. 359, de 17 de dezembro de 1968, criou uma nova Comissão Geral de Investigações (CGI), no Ministério da Justiça, com a finalidade de promover investigações sumárias para confisco de bens adquiridos ilícitamente no exercício de cargo ou função pública, sendo composta por cinco membros e presidida pelo ministro. Durante ou após a investigação, seria concedido ao indiciado, por oito dias, o direito de defesa por escrito. Caso não se manifestasse, seria nomeado um defensor, que, em cinco dias, apresentaria a defesa. Convencida do delito, a CGI propunha ao presidente da República decreto de confisco, especificando os bens correspondentes.</p>

³ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

	<p>Publicado o decreto, tratando-se de bens imóveis, o presidente da Comissão dispunha de trinta dias para remeter cópia ao secretário de Justiça ou autoridade equivalente dos estados, Distrito Federal ou territórios, que determinaria aos registros de imóveis o assento dos bens em nome da fazenda pública. O indiciado, a partir da publicação, dispunha de seis meses para provar a legitimidade da aquisição de bens, dinheiro ou valores. O artigo 11 esclarecia que continuavam em vigor, naquilo em que com ele não colidissem, o decreto-lei n. 3.240, de 8 de maio de 1941, sobre sequestro de bens por crimes que tivessem resultado em prejuízo para a fazenda pública, a lei n. 3.164, de 1 de junho de 1957, que fixou determinações relacionadas ao parágrafo 31 do artigo 141º da Constituição Federal de 1946, a respeito da salvaguarda dos direitos individuais e a lei n. 3.502, de 21 de dezembro de 1958, sobre sequestro e a perda de bens adquiridos por influência ou abuso do cargo ou função.</p> <p>O decreto-lei n. 457, de 7 de fevereiro de 1969, estendeu aos casos de enriquecimento ilícito previstos no ato complementar n. 42, de 27 de janeiro de 1969, a competência da Comissão Geral de Investigações.</p> <p>O primeiro regulamento, aprovado pelo decreto n. 64.203, de 17 de março de 1969, organizou-a em Plenário e Secretaria, fixando a sistemática das reuniões em termos de frequência, convocação, pauta, registro das discussões e deliberações, substituição de presidente em impedimentos, aprovação das resoluções, investigações, denúncias anônimas, distribuição dos processos, diligências, relatórios, pareceres e votações, notificações e defesa preliminar de indiciados, legitimidade de aquisição e confisco de bens e obrigações dos registros de imóveis, de comércio ou juntas comerciais e bolsas de valores. As investigações tinham caráter sigiloso, excetuados o edital e o decreto de confisco, mas após a publicação do decreto, os demais atos podiam se tornar públicos. A CGI também poderia promover investigações para apurar atos de corrupção ativa e passiva ou contrários à preservação e consolidação da "Revolução Brasileira de 31 de março de 1964", para efeito de aplicação de medidas previstas no ato institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, e no ato complementar n. 39, de 20 de dezembro de 1968. A CGI foi declarada extinta pelo decreto n. 82.961, de 29 de dezembro de 1978, a partir de 1º de janeiro de 1979.</p>
3 Content and structure area	
Scope and content	Processos de investigação sumária para confisco de bens por enriquecimento ilícito no exercício de cargo ou função pública da União, estados, Distrito Federal, territórios ou municípios, inclusive de empregos em autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.
System of arrangement	Organizado totalmente Organização onomástica e por assunto. Os nomes de pessoas e instituições foram indexados em base de dados.

4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	Com restrição – Documento(s) com informação(ões) pessoal(is) Consulta assegurada mediante a expedição de certidões de informações e de cópias autenticadas dos documentos solicitados, atendida a legislação vigente (decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências).
Conditions governing reproduction	Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002
Language/scripts of material	Português
Finding aids	COMISSÃO Geral de Investigações: base de dados. Brasília, s.d.
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	
Existence and location of copies	
Related units of description	Ministério da Justiça – Gabinete do Ministro – BR DFAN,BSB 4V Comissão Geral de Investigações – BR RJANRIO,XX 1M
Publication notes	
6 Notes area	
Note	
E) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED ⁴	
1 Identity statement area	
Reference code	BR RJANRIO,XX 1M
Title	Comissão Geral de Investigações
Date	1969-1979

⁴ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk, or size)	Textual(is) – sem especificação – 5 m
2 Context area	
Name of creator	Comissão Geral de Investigações (Brasil), 1968-1979
Administrative/biographical history	<p>A Comissão Geral de Investigações foi criada pelo decreto n. 53.897, de 27 de abril de 1964, com prazo determinado de atividade, sendo extinta pelo decreto n. 54.609, de 26 de outubro de 1964.</p> <p>O decreto-lei n. 359, de 17 de dezembro de 1968, criou uma nova Comissão Geral de Investigações (CGI), no Ministério da Justiça, com a finalidade de promover investigações sumárias para confisco de bens adquiridos ilícitamente no exercício de cargo ou função pública, sendo composta por cinco membros e presidida pelo ministro. Durante ou após a investigação, seria concedido ao indiciado, por oito dias, o direito de defesa por escrito. Caso não se manifestasse, seria nomeado um defensor, que, em cinco dias, apresentaria a defesa. Convencida do delito, a CGI propunha ao presidente da República decreto de confisco, especificando os bens correspondentes.</p> <p>Publicado o decreto, tratando-se de bens imóveis, o presidente da Comissão dispunha de trinta dias para remeter cópia ao secretário de Justiça ou autoridade equivalente dos estados, Distrito Federal ou territórios, que determinaria aos registros de imóveis o assento dos bens em nome da fazenda pública. O indiciado, a partir da publicação, dispunha de seis meses para provar a legitimidade da aquisição de bens, dinheiro ou valores. O artigo 11 esclarecia que continuavam em vigor, naquilo em que com ele não colidissem, o decreto-lei n. 3.240, de 8 de maio de 1941, sobre sequestro de bens por crimes que tivessem resultado em prejuízo para a fazenda pública, a lei n. 3.164, de 1 de junho de 1957, que fixou determinações relacionadas ao parágrafo 31 do artigo 141º da Constituição Federal de 1946, a respeito da salvaguarda dos direitos individuais e a lei n. 3.502, de 21 de dezembro de 1958, sobre sequestro e a perda de bens adquiridos por influência ou abuso do cargo ou função.</p> <p>O decreto-lei n. 457, de 7 de fevereiro de 1969, estendeu aos casos de enriquecimento ilícito previstos no ato complementar n. 42, de 27 de janeiro de 1969, a competência da Comissão Geral de Investigações.</p> <p>O primeiro regulamento, aprovado pelo decreto n. 64.203, de 17 de março de 1969, organizou-a em Plenário e Secretaria, fixando a sistemática das reuniões em termos de frequência, convocação, pauta, registro das discussões e deliberações, substituição de presidente em impedimentos, aprovação das resoluções, investigações, denúncias anônimas, distribuição dos processos, diligências, relatórios, pareceres e votações, notificações e defesa preliminar de</p>

	<p>indiciados, legitimidade de aquisição e confisco de bens e obrigações dos registros de imóveis, de comércio ou juntas comerciais e bolsas de valores. As investigações tinham caráter sigiloso, excetuados o edital e o decreto de confisco, mas após a publicação do decreto, os demais atos podiam se tornar públicos. A CGI também poderia promover investigações para apurar atos de corrupção ativa e passiva ou contrários à preservação e consolidação da "Revolução Brasileira de 31 de março de 1964", para efeito de aplicação de medidas previstas no ato institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968, e no ato complementar n. 39, de 20 de dezembro de 1968.</p> <p>A CGI foi declarada extinta pelo decreto n. 82.961, de 29 de dezembro de 1978, a partir de 1º de janeiro de 1979.</p>
3 Content and structure area	
Scope and content	Livros de protocolo, processos e dossiês contábeis com demonstrativos mensais, balanços financeiros, balancetes, propostas orçamentárias e prestações de contas. Inclui recurso contra confisco de bens, sendo recorrente Aníbal Khury, do Paraná, e advogado o prof. Alcides Munhoz Neto.
System of arrangement	Organizado totalmente Cronológica, espécie/tipo, numérica e assunto
4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	Sem restrição
Conditions governing reproduction	
Language/scripts of material	Português
Finding aids	ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Divisão de Pré-Arquivo. Identificação e localização de documentos da Comissão Geral de Investigações, 1969-1979. In: _____. <i>Comissão Geral de Investigações</i> : relatório técnico de atividades. Rio de Janeiro, 1989. Anexo 5 [47 p. dat.]
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	
Existence and location of copies	
Related units of description	Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro –BR DFANBSB,XX 4V Comissão Geral de Investigações -BR DFANBSB,XX 1M

Publication notes	
6 Notes area	
Note	
F) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED⁵	
1 Identity statement area	
Reference code	BR DFANBSB,XX N8
Title	Conselho de Segurança Nacional
Date(s)	1934-1990
Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk or size)	Textual(is) – sem especificação – 107 m
2 Context area	
Name of creator	Conselho de Segurança Nacional (Brasil), 1937-1988 Conselho Superior de Segurança Nacional (Brasil), 1934-1937
Administrative/biographical history	O Conselho de Segurança Nacional teve como antecessores o Conselho de Defesa Nacional (1927-1934) e o Conselho Superior de Segurança Nacional (1934-1937). O Conselho de Defesa Nacional foi criado pelo decreto n. 17.999, de 29 de novembro de 1927, e organizado pelo decreto n. 23.873, de 15 de fevereiro de 1934. Era presidido pelo presidente da República e integrado pelos ministros de Estado, pelo chefe do Estado-Maior do Exército, pelo chefe do Estado-Maior da Armada e, em tempos de guerra, também por generais e almirantes de determinados comandos. Com a Constituição de 1934, o Conselho de Defesa Nacional tornou-se Conselho Superior de Segurança Nacional e os órgãos complementares foram classificados como órgãos especiais. O decreto n. 7, de 3 de agosto de 1934, regularizou a alteração de denominação indicada pela Constituição, ajustando, inclusive, a nomenclatura de seus órgãos especiais, antes chamados de órgãos complementares: Comissão de Estudo de Segurança Nacional, a Secretaria Geral de Segurança Nacional, seções de Segurança Nacional. A Constituição de 1937, no artigo 162, reafirmou a importância do

⁵ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

	<p>Conselho no que tange à defesa nacional, referindo-se a ele não mais como Conselho Superior de Segurança Nacional, mas como Conselho de Segurança Nacional.</p> <p>Pelo decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, o Conselho de Segurança Nacional é um dos órgãos de assessoramento direto ao presidente da República, junto com o Serviço Nacional de Informações, o Estado-Maior das Forças Armadas, o Departamento Administrativo do Pessoal Civil, a Consultoria Geral da República e o Alto Comando das Forças Armadas. Como órgãos complementares ao Conselho, a Comissão Especial de Faixa de Fronteiras e as divisões de Segurança e Informações dos ministérios civis. Enquanto o Conselho subsidiava o presidente da República na formulação da política de segurança nacional, o Serviço Nacional de Informações deveria superintender e coordenar as atividades de informação e contrainformação em todo o território nacional, especialmente aquelas de interesse da segurança nacional.</p> <p>Em janeiro de 1971, o CSN recebeu um novo órgão complementar, a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), incumbida de subsidiar o presidente da República na consecução da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais.</p> <p>O decreto n. 83.444, de 10 de maio de 1979, instituiu, sob a coordenação de representante da Secretaria Geral do CSN, o Grupo de Trabalho Especial destinado a estudar medidas para a formulação de uma política global de informática no país. No mesmo ano, foi criada a Secretaria Especial de Informática (SEI) como órgão complementar do CSN. Por fim, o decreto n. 96.814, de 28 de setembro de 1988, transformou a Secretaria Geral do CSN em Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN) da Presidência da República.</p>
3 Content and structure area	
Scope and content	<p>Processos de cassação de direitos políticos e mandatos eletivos, fichas e pastas individuais, informações relativas a atividades subversivas, nomeações para cargos públicos, irregularidades políticas, denúncias de corrupção, aplicações de ato institucional, cassação de mandatos, protestos de políticos, inquérito policial-militar, sindicância, apreensão de livros subversivos, suspensão de direitos políticos, relação do Brasil com outros países, acordos militares, projetos de lei, lei de Segurança Nacional, licenciamento de soldados, fornecimento de certificados de reservista, concessão de medalhas militares.</p>
System of arrangement	<p>Organizado totalmente</p> <p>Organização cronológica, por espécie, tipo, número e assunto</p>

4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	<p>Com restrição – Necessidade de prévio aviso</p> <p>Com restrição – Razões legais/judiciais</p> <p>Algumas atas, por conterem trechos considerados sigilosos pela Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, instituída no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, encontram-se parcialmente tarjadas</p> <p>Ao restante do acervo, o acesso é facultado mediante agendamento prévio ou por meio da expedição de certidões, com a transcrição literal do texto constante do documento ou com a cópia do documento, conforme a legislação vigente (decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002).</p>
Conditions governing reproduction	Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002
Language/scripts of material	Português
Finding aids	
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	
Existence and location of copies	
Related units of description	
Publication notes	
6 Notes area	
Note	

ANEXO 2

A) DATA ON THE PARTY SUBMITTING THE APPLICATION	
Name of the custodian institution of the records proposed	Arquivo Público do Estado do Ceará
Nature of the custodian institution (public or private)	Pública
If public, specify under what body	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
ADDRESS OF THE CUSTODIAN INSTITUTION OF THE RECORDS PROPOSED Street / Avenue Rua Senador Alencar n. 348 Neighborhood / District Centro P.O. Box Zip Code 60030-050 City Fortaleza State Ceará Country Brasil Country Code 55 City Code 85 Tel. 3101-2614 Tel. 3101-2615 Fax 3253-1886 E-mail apec@secult.ce.gov.br Website http://www.secult.ce.gov.br/equipamentos-culturais/arquivo-publico	
Opening times	De 8h às 17h, de segunda a sexta-feira
B) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED ¹	
1 Identity statement area	
Reference code	BR CEAPEC,XX DCE
Title	Delegacia de Ordem Política e Social do Ceará
Date	1964-1987
Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk or size)	Bibliográfico(s) – sem especificação – 312 item(ns) Textual(is) – sem especificação – 10 m

¹ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

2 Context area	
Name of creators	Serviço Estadual de Informação (CE), 1973- Secretaria de Polícia e Segurança Pública do Estado (CE), 1937- Delegacia de Ordem Política e Social (CE), 1936-
Administrative/biographical history	<p>No Ceará, o governador Clarindo de Queirós, por ato de 24 de setembro de 1891, extinguiu a Chefatura de Polícia, subordinando seus serviços à Secretaria de Justiça, que seria criada pela Constituição Estadual de 27 de outubro de 1891, juntamente com as secretarias da Fazenda e do Interior.</p> <p>O serviço de polícia ficou subordinado à Secretaria de Justiça até 1909, quando foi restaurado o cargo de chefe de polícia, pela lei n. 987, de 31 de agosto.</p> <p>A Chefatura de Polícia foi extinta novamente pela lei estadual n. 1.113, de 6 de novembro de 1913, instituindo-se, em seu lugar, a Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Esta seria suprimida no governo de João Tomé de Saboia e Silva (1916-1920), pela lei n. 1.343, de 26 de agosto de 1916, que restaurou a Chefatura de Polícia.</p> <p>No governo de José Carlos de Matos Peixoto (1928-1930), foi criada a Secretaria de Polícia e Segurança Pública, que seria extinta, durante o governo provisório de Manuel do Nascimento Fernandes Távora, pelo decreto n. 334, de 3 de outubro de 1931.</p> <p>A lei n. 130, de 30 de julho de 1936, criou a Delegacia de Ordem Política e Social do Ceará (DOPS-CE), para reprimir as ideias comunistas que haviam deflagrado intentonas como as de 1935 no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Distrito Federal. Em 14 de setembro de 1937, pelo decreto n. 14, o interventor Menezes Pimentel extinguiu a Chefatura de Polícia e recriou a Secretaria de Polícia e Segurança Pública.</p> <p>Em 1947, a DOPS-CE destacou-se na repressão à mendicância em Fortaleza, encaminhando os mendigos para a extinta Hospedaria Getúlio Vargas.</p>
3 Content and structure area	
Scope and content	<p>DOPS: ata, atestados de antecedentes políticos, autos de apelação, cartas de denúncia, comunicados, correspondência recebida (ofícios e outros), dossiês, encaminhamentos, informações, informes, inquéritos, laudos periciais, mandados de busca e apreensão, mandados de prisão, pareceres, pedido de busca, programações civis e políticas, relações nominais, relatórios, requerimentos, sindicâncias, termos de declaração.</p> <p>Os prontuários nominais correspondem às pastas referentes a pessoas que tiveram sua vida política e social rastreada pelo DOPS e militavam em</p>

	<p>sindicatos, igrejas, partidos políticos, organizações de esquerda, clubes, movimento estudantil secundarista e universitário, Partido Comunista e dissidências e ligas camponesas.</p> <p>O acervo contém, além de documentos textuais datilografados e manuscritos, documentos iconográficos e exemplares dos jornais: <i>A Voz da Unidade</i>, <i>O Estudante</i>, <i>Opinião</i>, <i>Mutirão</i>, <i>Tribuna da Luta Operária</i>, <i>Tribuna Bancária</i>, recortes de jornais, manifestos, cartazes e panfletos.</p> <p>Complementando esse fundo documental encontramos um valioso acervo pertinente ao Serviço Estadual de Informação (SEI), criado através da lei n. 9.507, de 6 de setembro de 1973, compreendendo: denúncia, dossiê, encaminhamentos, informações, informes, relatórios de diligências, relatórios de informações para viagens, requerimentos acompanhados de currículos, sinopses informativas e sondagem de opinião.</p> <p>Existem ainda alguns documentos da Polícia Militar: comunicados gerais, relatórios e informações gerais, pesquisas eleitorais e pedidos de busca de estrangeiros.</p>
System of arrangement	<p>Organizado totalmente</p> <p>Organização cronológica, alfanumérica e por assunto</p> <p>Procurou-se interferir o mínimo possível na organização original. Foram conservados os descritores, fichários e nomenclaturas utilizados pelo órgão produtor dos documentos.</p>
4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	<p>Com restrição – Razões legais/judiciais</p> <p>Restrições em conformidade com os prazos estabelecidos pela legislação em vigor (lei n. 8.159, de 8/1/1991).</p>
Conditions governing reproduction	Com restrições, observando-se o estado de conservação dos documentos
Language/scripts of material	Português
Finding aids	<p>DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (Ceará). <i>Fichas de identificação onomástica remissiva</i></p> <p>DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (Ceará). <i>Fichas individuais</i></p> <p>DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (Ceará). <i>Relações nominais</i></p>
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	
Existence and location of copies	

Related units of description	
Publication notes	
6 Notes area	
Note	<p>Estado de conservação:</p> <p>2006 – Precário – As fichas-arquivo que servem de apoio aos prontuários nominais estão completamente deterioradas e necessitam ser reformatadas em suporte mais adequado e duradouro. O armário-fichário está totalmente enferrujado e sem condições de acondicionar os prontuários. Os documentos textuais precisam ser acondicionados em pacotilhas confeccionadas em papel duplex e, posteriormente, amarradas com fita de algodão cru. Os 312 exemplares do jornal <i>Tribuna da Luta Operária</i> necessitam de encadernação.</p>

ANEXO 3

A) DATA ON THE PARTY SUBMITTING THE APPLICATION	
Name of the custodian institution of the records proposed	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Nature of the custodian institution (public or private)	Pública
If public, specify under what body	Secretaria Estadual de Cultura (ES)
ADDRESS OF THE CUSTODIAN INSTITUTION OF THE RECORDS PROPOSED Street / Avenue Rua Sete de Setembro n. 414 Neighborhood / District Centro P.O. Box Zip Code 29001-970 City Vitória State Espírito Santo Country Brasil Country Code 55 City Code 27 Tel. 3223-8037 Tel. 3223-7524 Fax 3223-2952 E-mail diretorgeral@ape.es.gov.br Website http://www.ape.es.gov.br	
Opening times	De 10h às 17h30min, de segunda a sexta-feira
B) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED¹	
1 Identity statement area	
Reference code	BR ESAPEES,XX DES
Title	Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo
Date	1934-1989
Level of description	Fundo

¹ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk or size)	Bibliográfico(s) – livro(s) – 18 item(ns) Iconográfico(s) – fotografia(s) – 336 item(ns) Tridimensional(is) – sem especificação – 1 item(ns) Textual(is) – sem especificação – 14,94 m
2 Context area	
Name of creators	Delegacia de Ordem Política e Social (ES), 1953-1989? Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (ES), 1946-1953 Delegacia de Ordem Política e Social (ES), 1937?-1946 Delegacia de Segurança Política e Social (ES), 1935?-1937?
Administrative/biographical history	<p>No Espírito Santo, por meio do decreto estadual n. 129, de 27 de novembro de 1930, foi criado o cargo de delegado de Ordem Social, subordinado à Delegacia Geral, dando início à formação de uma polícia voltada para a manutenção da ordem social no estado. Entre 1935 e 1937, foi organizada a Delegacia de Segurança Política e Social, que teve como principal finalidade a vigilância sobre movimentos sociais e ideológicos de contestação ao governo de Getúlio Vargas e combatia, sobretudo, as atividades comunistas. Outro foco de atenção da Delegacia foi o Movimento Integralista, como mostram os documentos referentes à investigação de seus membros entre os anos 1930 e 40. A partir da segunda metade da década de 1930, observa-se a formação de delegacias especializadas, com atividades específicas.</p> <p>Pelo decreto-lei estadual n. 16.230, de 14 de setembro de 1946, a Delegacia de Ordem Política e Social, a Delegacia de Estrangeiros, a Primeira e a Segunda Delegacia Auxiliar foram transformadas em um único órgão, a Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DEOPS-ES), constando em suas atribuições a manutenção da ordem política e social; a fiscalização e registro de estrangeiros; a fiscalização e controle do comércio; o uso e depósito de explosivos, armas, munições e produtos químicos; a fiscalização de embarques e desembarques terrestres, marítimos, fluviais e aéreos; a fiscalização de hotéis, pensões e casas de cômodos; a realização de serviços secretos e investigação de crimes contra a economia popular; e corregedoria. A DEOPS-ES possuía jurisdição em todo o estado.</p> <p>A lei estadual n. 719, de 7 de março de 1953, tratava da organização da Polícia Civil do Espírito Santo, subordinada à Secretaria do Interior e Justiça e, em parte, reproduzia o decreto-lei n. 16.230, com algumas modificações relativas à sua composição. Uma das mudanças refere-se aos nomes das delegacias especializadas. A DEOPS, assim como as demais, passou a chamar-se Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS), mantendo-se, no entanto, suas funções. Cada delegacia especializada compreendia gabinete de delegado, cartório e pessoal específico. Pela lei estadual n. 3.391, de 3 de dezembro de 1980, a DEOPS ou DOPS (nas leis que institucionalizaram a delegacia constam as duas</p>

	<p>denominações) aparece como órgão da Polícia Civil subordinado à Superintendência de Investigação Especial, ao lado da Delegacia Especializada de Tóxicos e Entorpecentes.</p> <p>A lei estadual n. 3.705, de 28 de dezembro de 1984, definiu o quadro de pessoal da Polícia Civil do Espírito Santo, organizado em carreira, e o cargo de delegado das delegacias especializadas passou a ser provido pelo delegado de Polícia Civil de terceira Categoria.</p> <p>Entre 1968 e 1974, a DOPS teve papel essencial na manutenção do regime militar, auxiliando na contenção de qualquer movimento contestatório do poder estabelecido. A partir da redemocratização do país, que culminaria no término do regime militar (1964-1985), houve um esvaziamento das funções da DOPS até sua completa extinção.</p>
3 Content and structure area	
Scope and content	<p>O acervo constitui-se de correspondência recebida e expedida por órgãos da Secretaria de Segurança Pública, assim como de ordens de serviços, relatórios, ofícios internos e externos, informes, radiogramas, encaminhamentos, pedidos de busca e protocolos de envio e recebimento de informações. Contém ainda requerimentos, atestados de conduta de ideologia política, depoimentos, inquéritos policiais, fotografias, jornais e recortes, livros, cartazes e panfletos. Há dossiês referentes à investigação de pessoas, instituições públicas e privadas, partidos políticos, sindicatos, organizações clandestinas, manifestações, atos públicos, eventos, eleições, movimentos grevistas e estudantis, organizações religiosas, Aliança Nacional Libertadora e Ação Integralista Brasileira, além de fichas policiais de identificação, com informações sobre investigações, eventos, indivíduos, instituições, municípios, entre outras.</p>
System of arrangement	<p>Em organização</p> <p>O quadro de arranjo está em elaboração. Os documentos estão reunidos por assunto/tema e agrupados em séries e subséries correspondentes.</p> <p>As fichas policiais de identificação estão em ordem alfabética e acondicionadas em armários-fichários.</p>
4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	Com restrição – Necessidade de autorização
Conditions governing reproduction	
Language/scripts of material	Espanhol, inglês, italiano, português

Finding aids	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (Brasil). <i>Inventário sumário dos documentos pertencentes ao fundo documental Delegacia de Organização Política e Social do Espírito Santo</i> . Vitória (ES): Arquivo Público do Espírito Santo, [2009] – Em elaboração
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	
Existence and location of copies	
Related units of description	Polícia – BR ESAPEES Secretaria de Segurança Pública – BR ESAPEES Secretaria do Interior e Justiça – BR ESAPEES Departamento Oficial de Propaganda (DEIP)
Publication notes	
6 Notes area	
Note	Estado de conservação: 12/5/2009 – Bom – De modo geral, a documentação encontra-se em bom estado de conservação. 14/5/2009 – Precário – Em uma pequena parcela da documentação, registram-se sinais de deterioração, por se tratarem de documentos antigos, como os documentos referentes ao Integralismo.

ANEXO 4

A) DATA ON THE PARTY SUBMITTING THE APPLICATION	
Name of the custodian institution of the records proposed	Centro de Documentação e Informação Arquivística da Universidade Federal de Goiás
Nature of the custodian institution (public or private)	Pública
If public, specify under what body	
ADDRESS OF THE CUSTODIAN INSTITUTION OF THE RECORDS PROPOSED Street / Avenue Campus Samambaia (Campus II) s/n Neighborhood / District P.O. Box 131 Zip Code 74.001-970 City Goiânia State Goiás Country Brasil Country Code 55 City Code 62 Tel. 3521-1055 Tel. 3521-1056 Fax 3521-1069 E-mail heloisa@proad.ufg.br Website http://www.cidarq.ufg.br	
Opening times	De 9h às 17h, de segunda a sexta-feira
B) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED ¹	
1 Identity statement area	
Reference code	BR GOUFG,XX DGO
Title	Divisão Central de Informações do Estado de Goiás
Date	1970-1985
Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk, or size)	Iconográfico(s) – fotografia(s) – 176 item(ns) Textual(is) – sem especificação – 7,72 m

¹ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

2 Context area	
Name of creators	<p>Departamento de Ordem Política e Social (GO). Divisão Central de Informações, 1976-1987</p> <p>Departamento de Polícia de Ordem Política (GO). Divisão de Segurança e Informações, 1973-1976</p> <p>Departamento de Polícia de Ordem Política (GO). Serviço Estadual de Informações, 1969-1976</p>
Administrative/biographical history	<p>O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Goiás teve origem na Delegacia de Ordem Política e Social, órgão subordinado ao Gabinete de Investigações, que se reportava à Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Segurança Pública, conforme a lei n. 900, de 12 de novembro de 1953. A Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública tinha por finalidade, segundo o artigo 15 da Seção VI, os serviços de segurança política, pessoal e social, fiscalização de explosivos, armas e munições, de deslocados e de estrangeiros.</p> <p>Pela lei n. 1.088, de 19 de agosto de 1955, a Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Segurança Pública desmembrou-se na Secretaria de Estado do Interior e Justiça e na Secretaria de Estado da Segurança Pública, esta responsável pelos serviços de polícia e segurança pública. A Delegacia da Ordem Política e Social passa a ligar-se diretamente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, mantendo-se sua finalidade fixada pela lei n. 900, de 1953.</p> <p>Pelo decreto-lei n. 84, de 28 de novembro de 1969, regulamentado pelo decreto n. 266, de 11 de novembro de 1970, a Secretaria de Estado da Segurança Pública sofreu outra reestruturação, tendo por finalidade a preservação e manutenção da ordem pública e segurança interna e os serviços de polícia em geral, em todo o Estado. Essa legislação criou o Departamento de Polícia de Ordem Política (DPOP) como estrutura superior à Delegacia de Ordem Política e Social, que, por sua vez, passou a denominar-se Delegacia Estadual de Ordem Política. O DPOP tinha como objetivo: prevenir e reprimir atos contra a segurança nacional, a organização político-partidária, a legislação eleitoral e as instituições nacionais; acompanhar atividades de setores pudessem perturbar a ordem constituída; superintender e coordenar atividades de informações e contrainformações, especialmente as dissessem respeito à segurança interna. Além da Delegacia Estadual de Ordem Política (DEOP), o DPOP possuía: Diretoria, com uma Secretaria; Delegacia Estadual de Controle de Armas, Munições e Explosivos (DECAME); Serviço Estadual de Informações (SEI), incluindo a Seção de Buscas, a Seção de Difusão, a Seção de Contrainformações e a Assistência Policial-Militar.</p> <p>Pelo artigo 2º da lei n. 7.639, de 5 de junho 1973, o Serviço Estadual de Informações (SEI), subdivisão do DPOP criada em 1969, passou a denominar-se Divisão de Segurança e Informações (DISI).</p> <p>Com os decretos n. 1.121 e n. 1.122, de 29 de novembro de 1976, o Departamento de Polícia de Ordem Política (DPOP) tornou-se Departamento de</p>

	<p>Ordem Política e Social (DOPS), mantendo suas competências, com a seguinte organização interna: Diretoria, Secretaria, Delegacia Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e Delegacia Estadual de Controle de Armas, Munições e Explosivos (DECAME); alteração do nome da Divisão de Segurança e Informações (DISI) para Divisão Central de Informações (DCI), após reestruturação interna que mantém a Seção de Buscas e a Seção de Contrainformações; a Seção de Difusão tornou-se Seção de Informações e Difusão; extinta a Assistência Policial-Militar; criada Seção de Arquivos. A partir da lei n. 10.160, de 9 de abril de 1987, o DOPS já não consta na estrutura da Secretaria de Segurança Pública.</p> <p>O acervo em questão resulta da atuação da Divisão Central de Informações no âmbito do Departamento de Ordem Política e Social de Goiás, remontando ao tempo do Serviço Estadual de Informações, quando este integrava o Departamento de Polícia de Ordem Política de Goiás.</p>
3 Content and structure area	
Scope and content	<p>Fotografias, relatórios de agentes sobre congressos de partidos clandestinos, de movimentos sociais e estudantis, reuniões e viagens registradas pelos organismos de segurança.</p> <p>Existem também documentos de caráter individual, como prontuários, fichas e dossiês sobre eleições sindicais, movimentos grevistas, instituições, partidos políticos, atividades pessoais, atividades clandestinas, propaganda eleitoral, invasão de terras e recortes de jornais.</p>
System of arrangement	Em fase de organização
4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	Sem restrição
Conditions governing reproduction	
Language/scripts of material	Português
Finding aids	
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	

Existence and location of copies	
Related units of description	
Publication notes	
6 Notes area	
Note	Estado de conservação: 2009 – Bom

ANEXO 5

A) DATA ON THE PARTY SUBMITTING THE APPLICATION	
Name of the custodian institution of the records proposed	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
Nature of the custodian institution (public or private)	Pública
If public, specify under what body	Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
ADDRESS OF THE CUSTODIAN INSTITUTION OF THE RECORDS PROPOSED Street / Avenue Rua do Imperador Pedro II n. 371 Neighborhood / District Santo Antônio P.O. Box Zip Code 50010-240 City Recife State Pernambuco Country Brasil Country Code 55 City Code 81 Tel. 3181-4705 Tel. 3181-4704 Fax E-mail pedromoura@bol.com.br Website	
Opening times	De 8h às 14h, de segunda a sexta-feira
B) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED ¹	
1 Identity statement area	
Reference code	BR APEJE,XX DPE
Title	Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco
Date	1926-1991
Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk or size)	Textual(is) – sem especificação – 363 m

¹ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

2 Context area	
Name of creators	<p>Departamento de Ordem Política e Social (PE), 1957-1990</p> <p>Delegacia Auxiliar (PE), 1948-1957</p> <p>Delegacia de Ordem Econômica (PE), 1947-</p> <p>Delegacia de Ordem Política, Econômica e Social (PE), 1946-1947</p> <p>Delegacia de Ordem Política e Social (PE), 1935-1946</p> <p>Inspetoria de Ordem Política e Social (PE), 1934-1935</p> <p>Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco. Seção de Ordem Política e Social, 1931-1934</p>
Administrative/biographical history	<p>Inicialmente, o organismo responsável pelas práticas de controle social em Pernambuco se chamava Seção de Ordem Política e Social e estava subordinado à Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Pelo decreto-lei n. 367, de 29 de dezembro de 1934, esta Seção é sucedida pela Inspetoria de Ordem Política e Social.</p> <p>A Delegacia de Ordem Política e Social foi criada pela lei n. 71, de 23 de dezembro de 1935, tendo como atribuições proceder a inquérito sobre os crimes de ordem política e social e promover, inicialmente, o serviço de repressão ao comunismo, que, em 1939, seria ampliado para repressão às ideias extremistas de direita e de esquerda. Suas principais linhas de atuação foram investigação, censura e repressão. Por meio da vigilância, instituiu o combate sistemático à agitação, ao terrorismo e a todos os comportamentos considerados perigosos à ordem estabelecida pelo Estado.</p> <p>Pelo decreto-lei n. 1.481, de 16 de outubro de 1946, teve sua denominação alterada para Delegacia de Ordem Política, Econômica e Social e, pelo artigo 29 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1947, em 25 de julho de 1947, foi criada a Delegacia de Ordem Econômica.</p> <p>Pela lei n. 423, de 31 de dezembro de 1948, e pelo decreto n. 58, de 17 de janeiro de 1949, estabeleceu-se a Delegacia Auxiliar, que, pelo decreto-lei n. 1.403, de 3 de julho de 1946, passou a ser integrada pela Inspetoria de Ordem Política e Social.</p> <p>O regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, instaurado pelo decreto n. 382, de 23 de dezembro de 1957, reestruturou a Delegacia Auxiliar, transformando-a em Departamento de Ordem Política e Social, denominação mantida até sua extinção pelo decreto n. 14.276, de 22 de março de 1990.</p>

3 Content and structure area	
Scope and content	<p>Prontuários funcionais (27.580) referentes a sindicatos, igrejas, partidos políticos, organizações de esquerda, clubes, movimento estudantil, Partido Comunista e suas dissidências, ligas camponesas, prontuários de países, estados e municípios; prontuários individuais (29 mil), que correspondem a dossiês de cidadãos considerados subversivos pela polícia política; fichário geral onomástico remissivo com cerca de 125 mil fichas, que remetem aos prontuários individuais, registrando informações básicas como nome, filiação, endereço, motivo e data da prisão; fotos; objetos tridimensionais (moedas, broches, chaves); jornais; livros; revistas; capas de livros; mapas; plantas; folders; panfletos.</p> <p>Constam, também, fichas de artistas, de investigadores da Delegacia, e documentos administrativos que tratam da parte burocrática do órgão, revelando, muitas vezes, o intercâmbio de informações sigilosas nas esferas local e federal, incluindo os ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica.</p> <p>Os documentos iconográficos são geralmente utilizados como suporte da informação, estando presentes nos prontuários ou sendo encontrados avulsos entre o acervo.</p>
System of arrangement	<p>Organizado totalmente</p> <p>Organização cronológica, numérica e por assunto</p> <p>Foram conservados os descritores, fichários (listagem, fichas e fichas de identificação onomástica remissiva) e nomenclaturas utilizados pelo órgão produtor dos documentos.</p>
4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	Sem restrição
Conditions governing reproduction	
Language/scripts of material	Alemão, espanhol, francês, inglês, português, russo
Finding aids	
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	

Existence and location of copies	
Related units of description	
Publication notes	
6 Notes area	
Note	<p>Estado de conservação:</p> <p>2008 – Bom – Uma parcela do acervo, representada pelas fichas que remetem aos prontuários individuais e por uma parte da documentação iconográfica, encontra-se bastante fragilizada.</p>

ANEXO 6

A) DATA ON THE PARTY SUBMITTING THE APPLICATION	
Name of the custodian institution of the records proposed	Arquivo Público do Estado do Maranhão
Nature of the custodian institution (public or private)	Pública
If public, specify under what body	Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão
ADDRESS OF THE CUSTODIAN INSTITUTION OF THE RECORDS PROPOSED Street / Avenue Rua de Nazaré n. 218 Neighborhood / District Centro P.O. Box Zip Code 65010-410 City São Luís State Maranhão Country Brasil Country Code 55 City Code 98 Tel. 3218-9927 Tel. 3218-9928 Fax 3232-3205 E-mail apem@cultura.ma.gov.br Website http://www.cultura.ma.gov.br/2007/12/10/Pagina7.htm	
Opening times	De 8h às 18h, de segunda a sexta-feira
B) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED ¹	
1 Identity statement area	
Reference code	BR MAAPEM,XX DMA
Title	Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão
Date	1965-1991
Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk or size)	Textual(is) – sem especificação – 28,63 m

¹ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

2 Context area	
Name of creator	Delegacia de Ordem Política e Social (MA), 1969-1991
Administrative/biographical history	<p>A Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão surgiu da transformação da Divisão de Ordem Política e Social em Delegacia, por meio da lei delegada n. 23, de 10 de junho de 1969. Em 30 de dezembro de 1991, ela foi extinta, conforme o artigo 4º da lei n. 5.332. Teve suas funções definidas no regimento da Secretaria de Segurança, aprovado pelo decreto n. 4.077, de 12 de janeiro de 1970. Ficou subordinada ao Departamento de Segurança Pública/Divisão de Polícia Judiciária, com a competência de coletar, classificar e interpretar informações; arquivar documentos e informações reservadas ou secretas; apurar e processar informações penais relacionadas com a ordem política e social; organizar e manter atualizado o fichário individual de personalidades políticas sociais e de pessoas adeptas de ideologias proibidas pela Constituição Federal e por outras leis.</p>
3 Content and structure area	
Scope and content	<p>Correspondência da Delegacia de Ordem Política e Social com órgãos da administração pública, como Polícia Federal, Polícia Militar, ministérios, Serviço Nacional de Informações, secretarias de Segurança Pública, câmaras municipais, assessorias de Segurança e Informações; dossiês (1.267) e fichas (16.748) com informações sobre indivíduos (políticos, estudantes, sindicalistas, religiosos e outros) e organizações (entidades religiosas, estudantis, sindicatos, partidos políticos, organizações subversivas) a partir da década de 1960; panfletos; folhetos; pedidos de busca; informes; informações; encaminhamentos; relatórios; atestados de ideologia política; denúncias; inquéritos policiais; boletins; mandados de prisão; livros; controle de comercialização de armas e munições; recortes de jornais.</p>
System of arrangement	<p>Organizado totalmente</p> <p>Foi mantido o arranjo original do acervo composto de fichas e dossiês: as fichas estão organizadas em ordem alfabética (remissivas e não remissivas) e os dossiês estão agrupados em séries.</p>

4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	Com restrição – Necessidade de autorização O acesso aos instrumentos de pesquisa e aos documentos é livre. No entanto, a consulta a alguns documentos, quando se refere a pessoas, ainda é restrita, sendo necessária a autorização das partes e o preenchimento de requerimento próprio.
Conditions governing reproduction	Não é permitida a reprodução de documentação referente a pessoas sem a autorização dos envolvidos.
Language/scripts of material	Português
Finding aids	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. <i>Inventário analítico das séries da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão</i> . São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1993 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. <i>Relação nominal das fichas relativas às pessoas</i> . São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1993
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	
Existence and location of copies	
Related units of description	
Publication notes	
6 Notes area	
Note	Estado de conservação: 2010 – Bom

ANEXO 7

A) DATA ON THE PARTY SUBMITTING THE APPLICATION	
Name of the custodian institution of the records proposed	Arquivo Público Mineiro
Nature of the custodian institution (public or private)	Pública
If public, specify under what body	Secretaria Estadual de Cultura (MG)
ADDRESS OF THE CUSTODIAN INSTITUTION OF THE RECORDS PROPOSED Street / Avenue Avenida João Pinheiro n. 372 Neighborhood / District Funcionários P.O. Box Zip Code 30130-180 City Belo Horizonte State Minas Gerais Country Brasil Country Code 55 City Code 31 Tel. 3269-1167 Tel. 3269-1060 Fax _____ E-mail apm@cultura.mg.gov.br; gerencia.apm@cultura.gov.br Website http://www.cultura.mg.gov.br	
Opening times	De 9h às 17h, de segunda a sexta-feira
B) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED ¹	
1 Identity statement area	
Reference code	BR MGAPM,XX DMG
Title	Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais
Date	1927-1982
Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk or size)	Iconográfico(s) – fotografia(s) – 56 item(ns) Micrográfico(s) – sem especificação – 98 item(ns)

¹ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

2 Context area	
Name of creators	<p>Departamento de Ordem Política e Social (MG), 1956-1982</p> <p>Delegacia de Ordem Pública (MG), 1931-1956</p> <p>Delegacia de Segurança Pessoal e de Ordem Política e Social (MG), 1927-1931</p>
Administrative/biographical history	<p>O início do serviço de polícia política do estado de Minas Gerais remonta a 1927, com a criação da Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social. As principais responsabilidades deste órgão eram a manutenção da ordem pública, a garantia dos direitos individuais e a investigação de crimes contra a vida e a integridade física. Após sua extinção, em 1931, as funções relacionadas à investigação e repressão ao crime político foram repassadas para a Delegacia de Ordem Pública (DOP).</p> <p>Em 1956, a antiga delegacia deu origem ao Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS-MG), que tinha como atribuições gerais a prevenção e repressão dos delitos de caráter político-social; a fiscalização do fabrico, importação, exportação, comércio e uso de armas, munições, explosivos e produtos químicos; a fiscalização das estações ferroviárias, rodoviárias e aeroportos, além da expedição de salvo-conduto em caso de guerra.</p> <p>Em meados da década de 1970, os arquivos do DOPS-MG foram transferidos para a Coordenação Geral de Segurança (COSEG).</p> <p>De acordo com Constituição Mineira de 1989, a documentação deveria ser transferida para o Arquivo Público Mineiro. No entanto, somente em 1998, após a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa, o Arquivo Público Mineiro recebeu a documentação do extinto DOPS. Os documentos, em sua maioria, foram recolhidos em microfilme e, posteriormente, digitalizados. A Polícia alegou que os originais haviam sido incinerados.</p>
3 Content and structure area	
Scope and content	<p>Correspondência expedida e recebida pela polícia, mandados de prisão, prontuários de presos políticos, fichas policiais, atestados de antecedentes político-sociais, depoimentos, ordens de serviço, pedidos de busca, autos de apreensão, materiais apreendidos, documentação de organizações (partidos políticos, organizações político-militares, sindicatos, associações comunitárias, entidades estudantis, organizações religiosas), documentação de empresas e instituições públicas, relatórios de investigação, relatórios de manifestações públicas (greves, eleições, eventos culturais, festas, visitas de</p>

	<p>autoridades políticas), documentação relativa ao controle da comercialização de armas e munições, documentos sobre movimentos na zona rural, inquéritos policiais-militares, laudos técnicos periciais, leis, decretos, portarias, panfletos, folhetos, livros, textos de análise teórica, periódicos nacionais e estrangeiros, recortes de periódicos, caricaturas, charges, documentos pessoais, cartas anônimas, bilhetes, cartões-postais, telegramas, fotografias, materiais cartográficos e documentos sobre censura.</p>
System of arrangement	<p>Organizado totalmente</p> <p>A documentação encontra-se organizada em pastas numeradas, de acordo com a microfilmagem realizada pela Polícia Civil.</p>
4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	<p>Com restrição – Documento(s) sigiloso(s)</p> <p>Com restrição – Necessidade de autorização</p> <p>Com restrição – Acessível por meio eletrônico</p> <p>Uma pequena parcela da documentação foi classificada como sendo de acesso restrito, de acordo com a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e a medida provisória n. 228, de 9 de dezembro de 2004, que tratam do uso e difusão de informações que, embora associadas ao interesse coletivo, digam respeito à vida privada, à honra e à imagem de terceiros.</p> <p>O tempo de sigilo dessa documentação é de cem anos, a partir de sua data de produção.</p> <p>A documentação considerada sigilosa por dizer respeito à vida privada, à honra e à imagem de terceiros só pode ser consultada mediante requerimento protocolado na sede do Arquivo Público Mineiro.</p>
Conditions governing reproduction	<p>A documentação que não estiver classificada como restrita pode ser reproduzida. É necessário preencher um cadastro na sede do Arquivo Público Mineiro e pagar uma taxa que varia de acordo com o número de cópias solicitadas. Essas cópias podem ser impressas ou digitais (CD).</p>
Language/scripts of material	Português
Finding aids	
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	

Existence and location of copies	
Related units of description	Chefia de Polícia – BR MGAPM Secretaria do Interior – BR MGAPM Secretaria de Segurança e Assistência Pública – BR MGAPM
Publication notes	
6 Notes area	
Note	

ANEXO 8

A) DATA ON THE PARTY SUBMITTING THE APPLICATION	
Name of the custodian institution of the records proposed	Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná
Nature of the custodian institution (public or private)	Pública
If public, specify under what body	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (PR)
ADDRESS OF THE CUSTODIAN INSTITUTION OF THE RECORDS PROPOSED Street / Avenue Rua dos Funcionários n. 1.796 Neighborhood / District Cabral P.O. Box Zip Code 80.035-050 City Curitiba State Paraná Country Brasil Country Code 55 City Code 41 Tel. 3352.2299 Fax 3252.1728 E-mail arquivo@pr.gov.br Website http://www.arquivopublico.pr.gov.br	
Opening times	De 9h às 12h e de 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira
B) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED ¹	
1 Identity statement area	
Reference code	BR PRAPPR,XX PB4
Title	Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná
Date	1920-1989
Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk, or size)	Iconográfico(s) – fotografia(s) – 4.079 item(ns) Textual(is) – sem especificação – 92 m

¹ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

2 Context area	
Name of creators	<p>Delegacia de Ordem Política e Social (PR), 1937-1991</p> <p>Delegacia de Vigilância e Investigação (PR)</p> <p>Delegacia de Vigilância e Capturas (PR)</p> <p>Comissariado de Investigação e Segurança Pública (PR)</p>
Administrative/biographical history	<p>A lei estadual n. 177, de 15 de março de 1937, desmembrou as então delegacias de Polícia especializadas em quatro delegacias: Delegacia Auxiliar, Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), Delegacia de Segurança Pessoal e Delegacia de Vigilância e Investigações. Apesar do desmembramento, tais delegacias continuaram vinculadas à Chefatura de Polícia do Estado, extinta em 1962 e até então equivalente a atual Secretaria de Estado da Segurança Pública, criada nesse mesmo ano. A Delegacia de Ordem Política e Social foi criada de acordo com a sugestão aprovada pelo Congresso dos Secretários de Segurança e Chefes de Polícia, realizado em outubro de 1936 no Rio de Janeiro. Segue abaixo um trecho da <i>Mensagem do governador Manoel Ribas a Assembléia Legislativa do Paraná</i>, em 1.º de setembro de 1937, comentando a respeito do Congresso: "O principal objetivo dessa memorável reunião consistiu na uniformização e racionalização em toda federação, dos meios para defesa dos poderes constituídos e do próprio regime contra as expansões extremistas, notadamente do comunismo". Anteriormente à criação da DOPS, as atividades de investigação, vigilância e controle eram feitas por outros órgãos, tais como o Comissariado de Investigação e Segurança Pública na década de 1920, pela Delegacia de Vigilância e Investigação e Delegacia de Vigilância e Capturas, na década de 1930.</p> <p>De acordo com o regulamento da Chefatura de Polícia, aprovado pelo decreto n. 8.245, de 24 de maio de 1962, competia à DOPS, dentre outras atividades, a prevenção, repressão e processamento no município da Capital, não só dos delitos de ordem política e social, como também dos crimes contra a organização do trabalho, a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos; a investigação, prevenção, repressão e processamento no município da Capital das infrações previstas na Lei das Contravenções Penais; providenciar na permuta com as polícias dos estados, Distrito Federal e territórios e com quaisquer delegacias ou autoridades, as informações referentes aos indivíduos considerados perigosos à ordem política e social. Com o Regulamento da Polícia Civil, aprovado pelo decreto n. 4.884, de 24 de abril de 1978, a nova estrutura do órgão separou as funções político-sociais em duas delegacias e as subordinou à Divisão de Segurança e Informações: Delegacia de Ordem Política e Delegacia de Ordem Social. A DOPS foi notadamente atuante no Regime da Ditadura Militar no Brasil (1964-1989), sendo extinta pelo decreto n. 577, de 11 de julho de 1991, quando passou a ser denominada Subdivisão de Informações da Polícia Civil.</p>

3 Content and structure area	
Scope and content	Fotografias, recortes de jornais, documentos originais, fichas dos indiciados na polícia, pastas temáticas e individuais. Tal documentação resulta das atividades de investigação, vigilância e controle feitas pela Delegacia.
System of arrangement	
4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	Com restrições O acesso às pastas individuais e fichas dos indiciados pela DOPS é permitido mediante preenchimento de um termo de responsabilidade. O acesso às fichas de nominados é permitido somente através de microfilme.
Conditions governing reproduction	
Language/scripts of material	Português
Finding aids	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. <i>Índice de pastas temáticas da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS</i> . Curitiba: Arquivo do Estado. Disponível em: www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=57 . Acesso em: 11 fev. 2010 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. <i>Índice onomástico das fichas dos nominados – DOPS</i> . Curitiba: Arquivo do Estado DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Ementário temático: DOPS Repressão. (Pasta Instrumentos de Pesquisa)
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	
Existence and location of copies	Cópias das fichas e pastas dos indiciados: microfilmes 2262 a 2279; 2317 a 2361
Related units of description	Fundo Secretaria da Segurança Pública
Publication notes	
6 Notes area	
Note	

ANEXO 9

A) DATA ON THE PARTY SUBMITTING THE APPLICATION	
Name of the custodian institution of the records proposed	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Nature of the custodian institution (public or private)	Pública
If public, specify under what body	Secretaria de Estado da Casa Civil (RJ)
ADDRESS OF THE CUSTODIAN INSTITUTION OF THE RECORDS PROPOSED Street / Avenue Praia de Botafogo n. 480 Neighborhood / District Botafogo P.O. Box Zip Code 2250-040 City Rio de Janeiro State Rio de Janeiro Country Brasil Country Code 55 City Code 21 Tel. 2332-1448 Tel. 2579-3574 Fax 3399-7217 E-mail aperj@aperj.rj.gov.br; pknauss@uol.com.br Website http://www.aperj.rj.gov.br	
Opening times	Das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira
B) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED ¹	
1 Identity statement area	
Reference code	BR RJAPERJ,XX DRJ
Title	Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro
Date	1934-1975
Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk or size)	Textual(is) – sem especificação – 14 m

¹ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

2 Context area	
Name of creators	<p>Departamento Autônomo de Ordem Política e Social (RJ), 1971-1975</p> <p>Departamento de Polícia Política e Social (RJ), 1964-1971</p> <p>Delegacia de Ordem Social (RJ), 1944-1947</p> <p>Delegacia de Ordem Política (RJ), 1944-1947</p> <p>Divisão de Ordem Política e Social (RJ), 1944-1964</p> <p>Delegacia de Ordem Política e Social (RJ), 1938-1944</p> <p>Inspetoria Geral de Segurança Pública (RJ). Seção de Ordem Política e Social, 1934-1938</p>
Administrative/biographical history	<p>O órgão de polícia política do Estado do Rio de Janeiro teve origem na Seção de Ordem Política e Social, instituída pelo decreto n. 3.137, de 27 de setembro de 1934, e naquele momento subordinada à Inspetoria Geral de Segurança Pública. Com a instauração da ditadura estadonovista, ampliaram-se as atividades de controle sociopolítico em âmbito nacional, regional e estadual. Mais tarde, pelo decreto n. 580, de 11 de outubro de 1938, baixado pelo então interventor federal no estado do Rio de Janeiro Ernani do Amaral Peixoto, criou-se a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), vinculada diretamente ao chefe de polícia. O delegado da DOPS, de acordo com o decreto, seria nomeado pelo governador do estado. Com o decreto-lei n. 106, de 28 de junho de 1940, a Delegacia passa a se subordinar ao Gabinete do Secretário de Justiça e Segurança Pública, nova denominação da Secretaria do Interior e Justiça. O decreto-lei n. 246, de 4 de abril de 1941, ampliou as atribuições da DOPS no tocante aos crimes previstos no Código Florestal e contra a economia popular, complementando, assim, o decreto n. 580. O decreto-lei estadual n. 945, de 11 de novembro de 1943, desmembrou a antiga Secretaria de Justiça e Segurança Pública em Secretaria de Interior e Justiça e Secretaria de Segurança Pública, à qual a Delegacia estaria agora vinculada. Em 1944, a partir do decreto-lei n. 1.311, de 30 de dezembro, a DOPS torna-se uma divisão, com duas delegacias – uma de ordem política, outra de ordem social. Em 1947, foi baixado o decreto-lei n. 1920, de 17 de abril, que instituiu o Serviço de Registro de Estrangeiros, ligado à DOPS, pondo fim à Delegacia de Estrangeiros. Também foram abolidas as delegacias de Ordem Política (DOP) e Ordem Social (DOS), mantendo-se as seções de Ordem Política e Ordem Social a elas vinculadas. A lei n. 1.432, de 4 de março de 1952, recriou a Delegacia de Estrangeiros, no interior da Secretaria de Segurança Pública, extinguindo, portanto, o Serviço de Registro de Estrangeiros da DOPS. Em 1964, a lei estadual n. 5.454, de 27 de novembro, criou o Departamento de Polícia Política e Social (DPPS), subordinado à Secretaria de Segurança Pública, e o decreto n. 15.330, de 10 de agosto de 1971, transformou o antigo DPPS em Departamento Autônomo de Ordem Política e Social (DOPS). Por fim, o decreto n. 1, de 15 de março de 1975,</p>

	instituiu o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), que, por meio do Departamento de Polícia Política e Social, absorveu os órgãos de polícia política dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, mantendo suas atividades até 1983.
3 Content and structure area	
Scope and content	Prontuários de pessoas físicas, associações e organizações políticas; livros de frequência dos servidores; livros de protocolo de correspondência; livros de ocorrência e fichas de nomes de pessoas e entidades coletivas.
System of arrangement	Organizado totalmente Os prontuários são ordenados numericamente. As fichas estão organizadas em ordem alfabética por sobrenome. A parcela da documentação que ficou no arquivo inativo ainda não foi identificada e não se encontra disponível para consulta. A pesquisa nas fichas é feita pela equipe do APERJ.
4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	Com restrição – Estado de conservação Com restrição – Necessidade de autorização
Conditions governing reproduction	São fornecidas cópias fotostáticas dos documentos solicitados pelo investigado ou por seu procurador, através de requerimento protocolado no APERJ.
Language/scripts of material	Português
Finding aids	
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	
Existence and location of copies	
Related units of description	Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara – BR RJAPERJ DGB Ângela Borba – BR RJAPERJ AB Daniel Aarão Reis Filho – BR RJAPERJ DAR Jair Ferreira de Sá – BR RJAPERJ JFS Jean Marc von der Weid – BR RJAPERJ JMW Delegacia Especial de Segurança Política e Social – BR RJAPERJ DESPS Divisão de Polícia Política e Social – BR RJAPERJ DPS Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas – BR RJAPERJ MFALD

	Departamento Geral de Investigações Especiais – BR RJAPERJ DGIE Polícias Políticas do Rio de Janeiro – BR RJAPERJ POL
Publication notes	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. <i>Os arquivos de polícia política</i> : reflexos de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994. 54 p.
6 Notes area	
Note	Estado de conservação: 2008 – Precário – Muitos documentos apresentam acidez e fragilidade no suporte
C) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED²	
1 Identity statement area	
Reference code	BR RJAPERJ,XX DGB
Title	Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara
Date	1962-1975
Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk or size)	Bibliográfico(s) – sem especificação – 250 item(ns) Iconográfico(s) – fotografia(s) – 1.441 item(ns) Sonoro(s) – sem especificação – 10 item(ns) Textual(is) – sem especificação – 13 m Tridimensionais – sem especificação – 12 item(ns)
2 Context area	
Name of creator	Departamento de Ordem Política e Social (GB), 1962-1975
Administrative/biographical history	A lei n. 263, de 24 de dezembro de 1962, criou o Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (DOPS-GB), subordinando-o à Secretaria de Segurança Pública. O novo órgão herdou algumas atribuições do antigo Departamento Federal de Segurança Pública (DFESP), ao qual se subordinava a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), antecessora do DOPS-GB. Pelo decreto "N" n. 28, de 15 de julho de 1963, foi estabelecida a estrutura administrativa do DOPS-GB, composta por Serviço de Operações, que incluía as seções de Atividades Antidemocráticas, Atividades Estrangeiras e de Ordem Pública; Serviço de Investigações, Fiscalização de Armas e Explosivos e

² On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

	<p>Técnico; e seções de Diligências Especiais e de Administração. O decreto "N" n. 253, de 15 de julho de 1964, criou a Seção de Armamento Especializado, extinguindo a Seção de Diligências Especiais. Além disso, alterou a Seção de Registro e Controle de Explosivos para Seção de Registro e Controle. O DOPS, além de ajudar outros estados na estruturação de órgãos de polícia política, fornecia vistos e passaportes para o exterior, em conjunto com o Instituto de Identificação Félix Pacheco (IFP), emitia certidão negativa de antecedentes políticos e apurava informações para fins judiciais. Em 5 de outubro de 1967, por meio do decreto "N" n. 942, o Serviço de Operações se transformou em Divisão de Operações; o Serviço de Investigações passou a ser denominado Divisão de Informações; e foram criados os serviços de Buscas, Divulgação e Operações Especiais. Este decreto foi alterado, em 14 de dezembro de 1967, pelo decreto "N" n. 982. Entre outros pontos, a Divisão de Operações foi ampliada com a criação da Seção de Buscas Especiais (SBE) e da Seção de Buscas Ostensivas (SBO), subordinadas àquela. Além disso, foram estabelecidas a Secretaria de Proteção e Segurança (SPS) e a Seção de Controle de Tumultos (SCT), subordinadas ao Serviço de Operações Especiais da Divisão de Operações, e extinta a Subseção de Transporte (ST), subordinada à Seção de Administração (SA). O decreto "E" n. 3.022, de 31 de agosto de 1969, alterou a denominação do antigo Serviço de Fiscalização de Armas e Explosivos (SFAE) para Divisão (DFAE), instituindo nesta o Serviço de Registros e Controle de Explosivos (SRCE). O decreto "E" n. 6.064, de 2 de fevereiro de 1973, baixado pelo então governador do estado Chagas Freitas, mudou o nome do DOPS para Departamento Geral de Ordem Política e Social (DGOPS), sem mencionar alterações na estrutura interna. O DOPS encerrou suas atividades em março de 1975 e seus arquivos foram herdados pelo Departamento Geral de Investigações Especiais (1975-1983), criado no contexto da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.</p>
3 Content and structure area	
Scope and content	Dossiês, prontuários de pessoas físicas, laudos, inquéritos, correspondência, mapas de frequência dos servidores, folhetos e panfletos de propaganda política, fotografias.
System of arrangement	<p>Organizado totalmente.</p> <p>O fundo foi arranjado em 31 séries e duas subséries. As séries Prontuários e Fichas criminais foram ordenadas alfabeticamente e as demais, organizadas por tipo documental e ordenadas cronologicamente em: Correspondência; Depoimentos; Documentos especiais (com duas subséries, Documentos iconográficos e Documentos sonoros); Fichas criminais; Índice; Informações; Inquérito policial-militar; Investigação policial; Laudo de exame pericial; Livro de brasileiros repatriados; Livro de caixa; Livro de certidões; Livro de</p>

	estrangeiros; Livro de intimações; Livro de registro de empresa; Livros de expediente; Livros de ocorrência; Livros de registro de protocolo; Livros de viaturas; Mapa de detidos; Material; Militantes, entidades e partidos políticos; Movimento de passageiros; Movimento estatístico; Normas administrativas; Pessoal; Porte de armas; Prontuários; Registro de identificação; Sindicâncias; e Verificação de jornais.
4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	Com restrição – Estado de conservação Com restrição – Necessidade de autorização
Conditions governing reproduction	A reprodução é permitida mediante autorização do APERJ
Language/scripts of material	Espanhol, francês, inglês, português
Finding aids	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. <i>Inventário preliminar do fundo Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara</i> . Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2001. 88 p.
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	
Existence and location of copies	
Related units of description	Ângela Borba – BR RJAPERJ AB Daniel Aarão Reis Filho – BR RJAPERJ DAR Jair Ferreira de Sá – BR RJAPERJ JFS Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro – BR RJAPERJ DRJ Jean Marc von der Weid – BR RJAPERJ JMW Delegacia Especial de Segurança Política e Social – BR RJAPERJ DESPS Divisão de Polícia Política e Social – BR RJAPERJ DPS Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas – BR RJAPERJ MFALD Departamento Geral de Investigações Especiais – BR RJAPERJ DGIE Polícias Políticas do Rio de Janeiro – BR RJAPERJ POL
Publication notes	
6 Notes area	

Note	Estado de conservação: Regular – Muitos documentos apresentam acidez e fragilidade no suporte
D) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED³	
1 Identity statement area	
Reference code	BR RJAPERJ,XX DESPS
Title	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
Date	1905-1944
Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk or size)	Cartográfico(s) – mapa(s) – 9 item(ns) Iconográfico(s) – fotografia(s) – 1.379 item(ns) Iconográfico(s) – sem especificação – 58 item(ns) Textual(is) – sem especificação – 24 m
2 Context area	
Name of creators	Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DF), 1933-1944 Delegacia Auxiliar (DF), 4. Seção de Ordem Política e Social, 1922- Delegacia Auxiliar (DF), 4. Seção de Arquivo e Informações, 1922-1933 Inspetoria de Investigação e Segurança Pública (DF). Seção de Ordem Social e Segurança Pública, 1920-1922 Corpo de Investigações e Segurança Pública (DF), 1907-1920
Administrative/biographical history	A função de polícia política no Rio de Janeiro foi estabelecida pelo decreto n. 3.610, de 14 de abril de 1900, atribuindo ao chefe de Polícia do Distrito Federal a competência privativa de polícia política. O decreto n. 6.440, de 30 de março de 1907, criou o Corpo de Investigações e Segurança Pública com a finalidade de prevenção, investigação e vigilância policial. O decreto legislativo n. 4.003, de 7 de janeiro de 1920, regulamentado pelo decreto n. 14.079, de 25 de fevereiro de 1920, organizou a Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, criando a Seção de Ordem Social e Segurança Pública com a competência de vigiar anarquistas e agilizar a expulsão de estrangeiros. O decreto n. 15.848, de 20 de novembro de 1922, criou a 4ª Delegacia Auxiliar, com as seções de Ordem Política e Social e de Arquivo e Informações, entre outras.

³ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

	<p>O decreto n. 22.332, de 10 de janeiro de 1933, instituiu a Delegacia Especial de Segurança Política e Social, com a função única de polícia política, exercida principalmente pelas seções de Ordem Política, e de Ordem Social, além do Arquivo Geral.</p> <p>O decreto-lei n. 6.378, de 28 de março de 1944, reestruturou os serviços da Polícia Civil do Distrito Federal, extinguindo a Delegacia Especial e criando a Divisão de Polícia Política e Social, subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública.</p>
3 Content and structure area	
Scope and content	Correspondência, relatórios, prontuários de pessoas físicas, inquéritos, mapas de detidos, cartazes e fotografias. Destaca-se a documentação contendo informações sobre as atividades de comunistas e integralistas e sobre a espionagem alemã durante a Segunda Guerra Mundial.
System of arrangement	<p>Organizado por tipo documental em 14 séries, ordenadas cronologicamente.</p> <p>Os panfletos e folhetos foram catalogados de acordo com as normas de referência bibliográfica da ABNT, de 2000.</p> <p>Reúne as seguintes séries: Censura postal; Correspondência; Documentos fotográficos; Dossiês; Fichas funcionais; Inquéritos; Livro-caixa hospitalar; Livro de registro de fichas; Livros de registro de protocolo; Livros de protocolo de remessa; Mapas de detidos; Prontuários; Registros de identificação e Relatórios.</p>
4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	Com restrição – Necessidade de autorização
Conditions governing reproduction	A reprodução é permitida mediante autorização do APERJ
Language/scripts of material	Alemão, francês, inglês, italiano, línguas eslavas (inclusive russo), português
Finding aids	<p>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. <i>Inventário da Delegacia Especial de Segurança Política e Social</i>. Rio de Janeiro: APERJ, 1997</p> <p>_____. <i>Catálogo de folhetos da Delegacia Especial de Segurança Política e Social</i>. Rio de Janeiro, 1998</p> <p>_____. <i>Catálogo de panfletos da Delegacia Especial de Segurança Política e Social</i>. Rio de Janeiro, 1999</p>
5 Allied materials area	

Existence and location of originals	
Existence and location of copies	
Related units of description	<p>Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara – BR RJAPERJ DOPS/GB</p> <p>Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro – BR RJAPERJ DOPS/RJ</p> <p>Angela Borba – BR RJAPERJ AB</p> <p>Daniel Aarão Reis Filho – BR RJAPERJ DARF</p> <p>Jair Ferreira de Sá – BR RJAPERJ JFS</p> <p>Jean Marc von der Weid – BR RJAPERJ JMDW</p> <p>Casa de Detenção do Rio de Janeiro – BR RJAPERJ CDRJ</p> <p>Divisão de Polícia Política e Social – BR RJAPERJ DPS</p> <p>Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas – BR RJAPERJ MFALD</p> <p>Departamento Geral de Investigações Especiais – BR RJAPERJ DGIE</p> <p>Polícias Políticas do Rio de Janeiro – BR RJAPERJ POL</p>
Publication notes	<p>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. <i>DOPS: a lógica da desconfiança</i>. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ, 1993</p> <p>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. <i>Os arquivos das polícias políticas: reflexos de nossa história contemporânea</i>. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994</p>
6 Notes area	
Note	<p>Estado de conservação:</p> <p>2001 – Muitos documentos apresentam acidez e fragilidade no suporte. Na série Prontuários alguns documentos sofreram perda no suporte e na informação.</p>
E) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED⁴	
1 Identity statement area	
Reference code	BR RJAPERJ,XX DPS
Title	Divisão de Polícia Política e Social
Date	1944-1962

⁴ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk or size)	Iconográfico(s) – fotografia(s) – 2.523 item(ns) Microformas (s) – microfichas – 98 item(ns) Textual(is) – sem especificação – 63 m
2 Context area	
Name of creator	Departamento Federal de Segurança Pública (Brasil). Divisão de Polícia Política e Social, 1944-1962
Administrative/biographical history	<p>A Divisão de Polícia Política e Social foi instituída pelo decreto-lei n. 6.378, de 28 de março de 1944, subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública. Foi extinta pelo decreto-lei n. 7.887, de 21 de agosto de 1945, que criou a Delegacia de Ordem Política e Social.</p> <p>O decreto-lei n. 8.168, de 9 de novembro de 1945, restabeleceu a Divisão de Polícia Política e Social, estruturada nas delegacias de Segurança Política e Segurança Social e no serviço de Investigações, além de outros setores. Foi responsável pela apreensão dos documentos do Partido Comunista, quando da cassação de seu registro eleitoral em 1947, e atuou no controle e repressão às suas atividades e aos seus militantes, no Rio de Janeiro, então capital do país.</p> <p>O Departamento Federal de Segurança Pública, através da Portaria n. 721, de 16 de julho de 1955, criou o Xadrez Especial e a Zeladoria. Com a transferência da capital para Brasília, a Divisão de Polícia Política e Social ficou subordinada ao governo do Estado da Guanabara até a lei n. 263, de 24 de dezembro de 1962, que instituiu o Departamento de Ordem Política e Social.</p>
3 Content and structure area	
Scope and content	Correspondência, boletins reservados, inquéritos, relatórios, fotografias, recortes de jornais referentes às atividades do Partido Comunista do Brasil, de sindicatos e de associações de moradores, bem como informações sobre lideranças políticas, militares e estudantis.
System of arrangement	Em organização
4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	Com restrição – Necessidade de autorização
Conditions governing reproduction	A reprodução é permitida mediante autorização do APERJ
Language/scripts of material	Espanhol, francês, inglês, italiano, japonês, línguas eslavas (inclusive russo), português

Finding aids	<p>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. <i>Listagem dos dossiês do fundo Divisão de Polícia Política e Social</i>. Rio de Janeiro, 2000</p> <p>_____. <i>Catálogo de panfletos apreendidos pela Divisão de Polícia Política e Social</i>. Rio de Janeiro, 2001</p> <p>_____. <i>Catálogo de folhetos apreendidos pela Divisão de Polícia Política e Social</i>. Rio de Janeiro, 2001</p>
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	
Existence and location of copies	
Related units. of description	<p>Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara – BR RJAPERJ DOPS/GB</p> <p>Departamento Autônomo de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro – BR RJAPERJ DOPS/RJ</p> <p>Angela Borba – BR RJAPERJ AB</p> <p>Daniel Aarão Reis Filho – BR RJAPERJ DARF</p> <p>Jair Ferreira de Sá – BR RJAPERJ JFS</p> <p>Jean Marc von der Weid – BR RJAPERJ JMDW</p> <p>Casa de Detenção do Rio de Janeiro – BR RJAPERJ CDRJ</p> <p>Divisão de Polícia Política e Social – BR RJAPERJ DPS</p> <p>Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas – BR RJAPERJ MFALD</p> <p>Departamento Geral de Investigações Especiais – BR RJAPERJ DGIE</p> <p>Polícias Políticas do Rio de Janeiro – BR RJAPERJ POL</p>
Publication notes	<p>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. <i>DOPS: a lógica da desconfiança</i>. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça/APERJ, 1993</p> <p>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. <i>Os arquivos das polícias políticas: reflexos de nossa história contemporânea</i>. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994</p>
6 Notes area	
Note	<p>Estado de conservação:</p> <p>1998 – Muitos documentos apresentam acidez e fragilidade no suporte</p> <p>Nota geral:</p> <p>Documentos produzidos pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social foram transcritos pela Divisão de Polícia Política e Social.</p>

F) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED ⁵	
1 Identity statement area	
Reference code	BR RJAPERJ,XX DGI
Title	Departamento Geral de Investigações Especiais
Date	1975-1983
Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk, or size)	Textual(is) – sem especificação – 22 m
2 Context area	
Name of creator	Departamento Geral de Investigações Especiais (RJ), 1975-1983
Administrative/biographical history	Constituído em 15 de março de 1975 subordinado à Secretaria de Estado de Segurança Pública. Extinto em 13 de abril de 1983.
3 Content and structure area	
Scope and content	Correspondência, inquéritos, relatórios
System of arrangement	Identificado
4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	Com restrição – Necessidade de autorização
Conditions governing reproduction	Com restrições – Não organizado
Language/scripts of material	
Finding aids	
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	

⁵ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

Existence and location of copies	
Related units of description	-
Publication notes	
6 Notes area	
Note	

ANEXO 10

A) DATA ON THE PARTY SUBMITTING THE APPLICATION	
Name of the custodian institution of the records proposed	Arquivo Público do Estado de São Paulo
Nature of the custodian institution (public or private)	Pública
If public, specify under what body	Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo
ADDRESS OF THE CUSTODIAN INSTITUTION OF THE RECORDS PROPOSED Street / Avenue Rua Voluntários da Pátria n. 256 Neighborhood / District Santana P.O. Box Zip Code 02010-000 City São Paulo State São Paulo Country Brasil Country Code 55 City Code 11 Tel. 2089-8126 Tel. 2089-8116 Fax 2089-8125 E-mail deops@arquivoestado.sp.gov.br Website http://www.arquivoestado.sp.gov.br	
Opening times	De 9h às 17h, de terça a sexta-feira
B) DESCRIPTION OF THE RECORDS PROPOSED ¹	
1 Identity statement area	
Reference code	BR SPAPESP,XX DSP
Title	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

¹ On the basis of the International Standard for Archival Description – ISAD(G), International Council on Archives (ICA).

Date	1924-1983
Level of description	Fundo
Extent and medium of the unit of description (quantity, bulk, or size)	Textual(is) – sem especificação – 1.173 m
2 Context area	
Name of creators	Departamento Estadual de Ordem Política e Social (SP), 1945-1983 Superintendência Estadual de Ordem Política e Social (SP), 1934-1945 Delegacia de Ordem Política e Social (SP), 1924-1934
Administrative/biographical history	<p>O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) foi criado em 30 de dezembro de 1924 pela lei n. 2.034 e regulamentado pelos decretos n. 4.405-A, de 17 de abril de 1928, e n. 4.715, de 23 de abril de 1930. Ao longo de sua trajetória, o DEOPS sofreu diversas transformações, primeiro instituído como delegacia, depois como superintendência e, mais tarde, como departamento, até sua extinção. Nesse período, o DEOPS esteve subordinado a diferentes órgãos, como o Gabinete de Investigações e Capturas do Estado de São Paulo, a Chefia de Polícia e a Secretaria de Segurança Pública, sucessivamente. Com o decreto n. 6.885, de 29 de dezembro de 1934, foram instaladas as delegacias especializadas de Ordem Política, de Ordem Social, de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições e a Delegacia de Fiscalização de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros. O órgão era composto pelo Gabinete do delegado; pelas delegacias especializadas, cada uma com seções de Policiamento e Investigações; Cartório; Seção de Expediente, à qual estavam vinculados os serviços de Protocolo e Arquivo Geral; Seção de Contabilidade; Corpo de Segurança e Serviço Reservado, mais tarde chamado de Serviço Secreto; Prisões; e Portaria. O DEOPS-SP foi extinto em 1983, pelo decreto n. 20.728, de 4 de março. Assim, a Delegacia-Geral de Polícia incorporou os serviços da Delegacia de Explosivos, Armas e Munições e da Delegacia Especializada em Crimes contra a Fazenda, que, até então, integrava o DEOPS.</p>

3 Content and structure area

<p>Scope and content</p>	<p>Criado com a função de assegurar e disciplinar a ordem no país, o DEOPS tinha como atribuições vigiar, prevenir e investigar crimes sociais e políticos e, ainda, obter, arquivar e trocar informações sobre indivíduos considerados suspeitos, criminosos ou terroristas. Em determinadas conjunturas políticas, sua estrutura organizacional era alterada. Em seu acervo, podemos encontrar uma extensa diversidade temática de investigações como, por exemplo, estrangeiros, organizações clandestinas, movimento estudantil e operário, encontros políticos (congressos, reuniões e comícios), associações de classe, militares e, também, sobre diversos setores da sociedade, tais como universidades, sindicatos e igrejas. Esses temas estão registrados em dossiês, prontuários, relatórios, fichas individuais, que contêm históricos de antecedentes político-sociais, fotografias, laudos periciais e inquéritos policiais, além dos documentos pertencentes aos investigados que foram apreendidos pelo DEOPS como prova de crime político, entre eles jornais, revistas, livros, panfletos e fotografias particulares.</p> <p>Existe, ainda, embora em menor quantidade, parte da documentação produzida pelo próprio órgão, como correspondência, livros de controle de entrada e saída de funcionários e visitantes do prédio da polícia política, entre outros documentos administrativos, da década de 1970 e ao início de 1980.</p>
<p>System of arrangement</p>	<p>Organizado totalmente.</p> <p>O acervo DEOPS compõe-se de oito grupos documentais: Delegacia de Estrangeiros; Delegacia de Ordem Política; Delegacia de Ordem Social; Serviço Secreto; Delegacia de Ordem Econômica; Delegacia de Armas, Munições e Explosivos; Diretoria; e Seção de Expediente.</p> <p>Os prontuários produzidos pelas delegacias especializadas eram arquivados em uma mesma série. Embora o conceito de prontuário indique que se trata de documentação individual, o Arquivo Geral do DEOPS optou por acumular nesta série os chamados prontuários “temáticos”, além de relatórios e inquéritos policiais. Essa diferenciação pode ser identificada em instrumento de pesquisa específico. O conjunto está em ordem numérica, sendo que não existe relação de ordem alfabética ou cronológica entre um prontuário e outro. Um fichário remissivo em ordem alfabética foi reproduzido, na íntegra, em banco de dados pelo Projeto Integrado Arquivo e Universidade (PROIN), com apoio da FAPESP.</p>

	<p>O Serviço Secreto, mais tarde denominado Divisão de Informações, produziu dossiês de 1942 a 1990, foi organizado por códigos alfanuméricos até hoje desconhecidos por arquivistas e pesquisadores. A existência desses códigos impossibilitou a identificação dos temas e das unidades dos dossiês, que foram acondicionados em pastas. A pesquisa é feita por meio de fichário remissivo nominal e temático, que, hoje, está sendo processado em banco de dados.</p> <p>O Arquivo Geral também reúne documentos da Diretoria e da Seção de Expediente do DEOPS: correspondência, relatórios, solicitações e informes de antecedentes políticos, inquéritos policiais-militares, livros e catálogos apreendidos, fichas de identificação sem remissão, dossiês do movimento estudantil e sobre organizações clandestinas.</p> <p>O grupo da Delegacia de Ordem Social pode ser pesquisado por catálogo temático ou fichário remissivo nominal. São 19 séries, com documentos de 1945 a 1983: Dossiês organizações clandestinas; Dossiês movimentos religiosos; Dossiês movimentos da sociedade civil; Dossiês movimentos político-partidários; Autos de sentença; Dossiês movimentos dos trabalhadores rurais; Dossiês CIOP (Coordenação, Informação e Operação); Dossiês movimento operário; Dossiês imprensa; Dossiês militares; Dossiês comunismo; Dossiês mandados judiciais; Dossiês presídios; Relatórios de inquéritos e sindicâncias; Dossiês movimento sindical; Dossiês movimentos grevistas; Dossiês delegacias do interior; Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações (SOI); Prontuários; e Inquéritos policiais-militares.</p> <p>O acervo relativo à Delegacia de Ordem Política corresponde ao período 1954-1983, é menor, não dispõe de fichário remissivo e está dividido em 15 séries: Dossiês delegacias do Interior; Dossiês movimentos da sociedade civil; Dossiês movimentos de política partidária; Dossiês anistia; Dossiês movimentos religiosos; Dossiês comunismo; Dossiês movimento operário; Dossiês movimento sindical; Dossiês eleições; Dossiês movimentos grevistas; Dossiês organizações clandestinas; Dossiês movimento estudantil; Autos de sindicância; Inquéritos policiais-militares; Mandados de prisão.</p>
4 Conditions of access and use area	
Conditions governing access	<p>Com restrição – Documento(s) sigiloso(s)</p> <p>Necessidade de assinatura de termo de responsabilidade</p>

Conditions governing reproduction	Os documentos podem ser reproduzidos por microfilmagem e/ou digitalização. É possível adquirir fotocópias autenticadas para comprovação de direitos.
Language/scripts of material	Português
Finding aids	<p>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. <i>Guia do acervo do Arquivo do Estado</i>. São Paulo: Arquivo do Estado, Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/guia.php>. Acesso em: 4 dez. 2009</p> <p>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. <i>Catálogo do Grupo Ordem Política do DEOPS/SP</i>. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003</p> <p>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. <i>Catálogo do Grupo Ordem Social do DEOPS/SP</i>. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003</p> <p>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. <i>Catálogo dos dossiês microfilmados</i>. São Paulo: Arquivo do Estado, 2006</p> <p>ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. <i>Guia do acervo do Arquivo do Estado</i>. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997</p> <p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (São Paulo). <i>Índice remissivo de dossiês</i>. São Paulo: Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo, 1983. (fichário) Fichário iniciado em 1943</p> <p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (São Paulo). <i>Índice remissivo de prontuários</i>. São Paulo: Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo, 1983. (fichário) Fichário iniciado em 1924</p> <p>Fichário remissivo eletrônico de dossiês e prontuários</p>
5 Allied materials area	
Existence and location of originals	
Existence and location of copies	
Related units of description	
Publication notes	CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org). <i>São Paulo Metrópole das Utopias</i> . Histórias de repressão e resistência no arquivo DEOPS. São Paulo: Lazuli

	<p>Editora/Companhia Editora Nacional, 2009</p> <p>ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves et al. <i>Cultura amordaçada</i>: intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS. Módulo VI – Comunistas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 2002. (Coleção Inventário DEOPS)</p> <p>BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. <i>Na boca do sertão</i>: o perigo político no interior do estado de São Paulo (1930-1945). Módulo VIII – Geopolítica do Controle. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 2004. (Coleção Inventário DEOPS)</p> <p>CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris (Org). <i>A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954</i>. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado/Ateliê Editorial, 2003</p> <p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (São Paulo). <i>Índice remissivo de dossiês</i>. São Paulo: Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo, 1983. (fichário) Fichário iniciado em 1943</p> <p>DEZEM, Rogério. <i>Shindô-renmei</i>: terrorismo e repressão. Módulo III – Japoneses. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 2000. (Coleção Inventário DEOPS)</p> <p>DIETRICH, Ana Maria Dietrich et al. <i>Alemanha</i>. Módulo I. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 1997. (Coleção Inventário DEOPS)</p> <p>PARRA, Lúcia Silva. <i>Combates pela liberdade</i>: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945). Módulo VII – Anarquistas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 2003. (Coleção Inventário DEOPS)</p> <p>SANTOS, Viviane T. dos. <i>Os seguidores do Duce</i>: os italianos fascistas no estado de São Paulo. Módulo V – Italianos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 2001. (Coleção Inventário DEOPS)</p> <p>SANTOS, Viviane T. dos. <i>Os subversivos das arcadas</i>. Módulo II – Estudantes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 1999. (Coleção Inventário DEOPS)</p> <p>SILVA, Emiliana Andréo da. <i>O despertar do campo</i>: lutas camponesas no interior do estado de São Paulo. Módulo VIII – Geopolítica do Controle. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 2003. (Coleção Inventário DEOPS)</p> <p>SOUZA. Ismara Izepe de Souza. <i>República espanhola</i>: um modelo a ser evitado. Módulo IV – Espanhóis. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 2001. (Coleção Inventário DEOPS)</p> <p>TAKEUCHI, Marcia Yumi. <i>O perigo amarelo em tempos de guerra</i> (1939-</p>
--	--

	<p>1945). Módulo III – Japoneses. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 2002. (Coleção Inventário DEOPS)</p> <p>WIAZOVSKI, Taciana. <i>Bolchevismo & judaísmo</i>: a comunidade judaica sob o olhar do DEOPS. Módulo VI – Comunistas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 2001. (Coleção Inventário DEOPS)</p>
6 Notes area	
Note	<p>Estado de conservação:</p> <p>2008 – Bom – A documentação foi acondicionada, grampos e cliques foram retirados e parte das fotos, encapsuladas</p> <p>É necessário intervenção para realização de pequenos reparos</p>



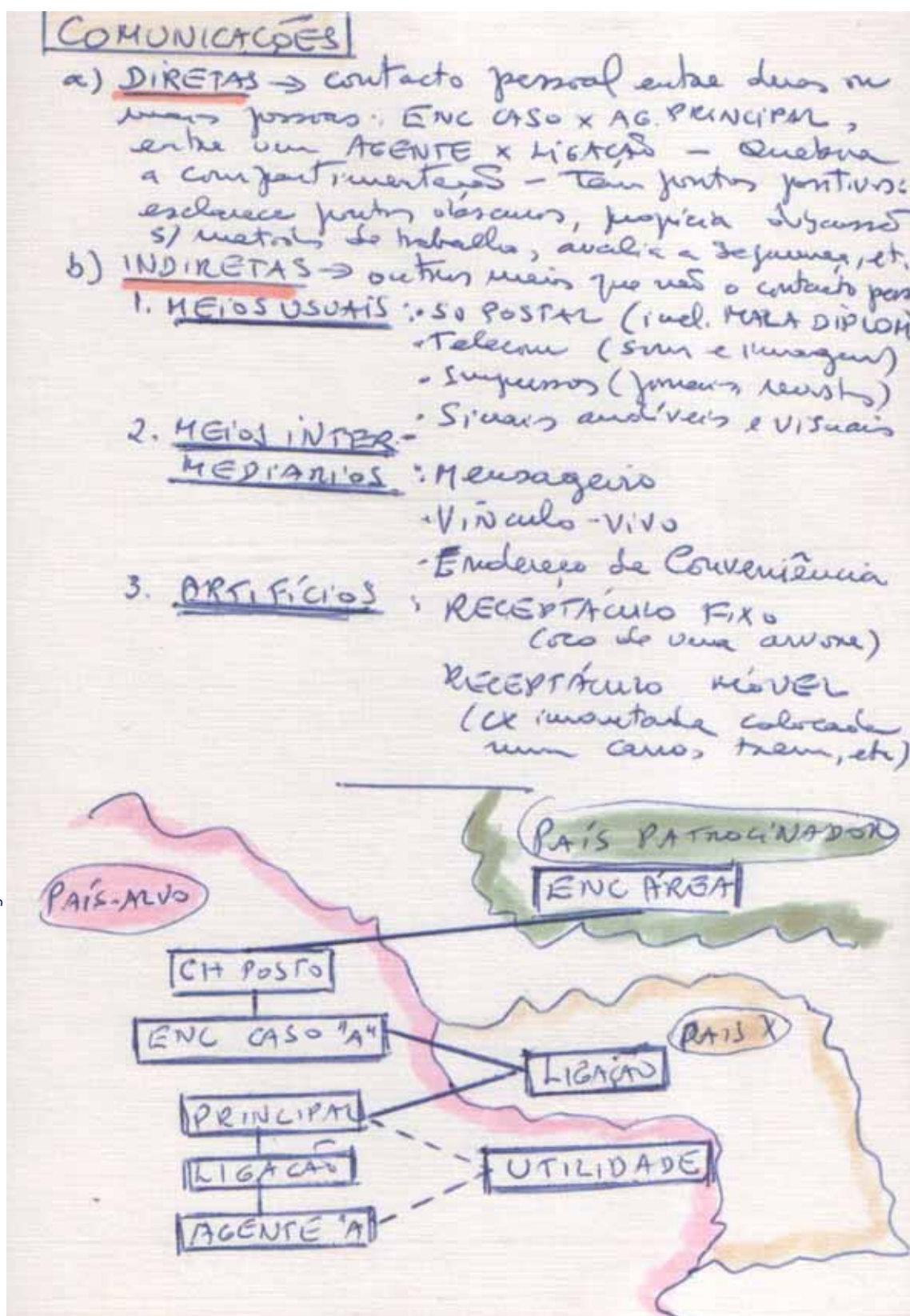
MEMORY OF THE WORLD REGISTER

CANDIDATURA

REDE DE INFORMAÇÕES E CONTRAINFORMAÇÃO DO REGIME MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

CADERNO DE IMAGENS

Figura 1



Sínteses (fichamentos e resumos) para aulas na Escola Nacional de Informações (EsNI). (SNI, caixa 14, camisa 9, p. 3v)



Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5

Carimbos: Divisão Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul; Setor de Segurança e Informações da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); Gabinete da CNEN; Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério de Minas e Energia

Figura 6



XVIII - PASSEATA SEGUINDO PELA RUA DOIS DE DEZEMBRO

Figura 7



X - POLICIAIS MILITARES ISOLANDO A ÁREA

Ato público no Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1980, contra a demolição do prédio da União Nacional dos Estudantes (SNI/Anexos, ACE C002955)

Figura 8



Figura 9



Figura 10



Figura 11



Material de propaganda de organizações de esquerda, apreendido pelo DOPS/RS em 1970, após investigações para apurar os responsáveis pela tentativa de sequestro do cônsul norte-americano no Rio Grande do Sul (SNI/Anexos, ACE A028292)

Figura 12

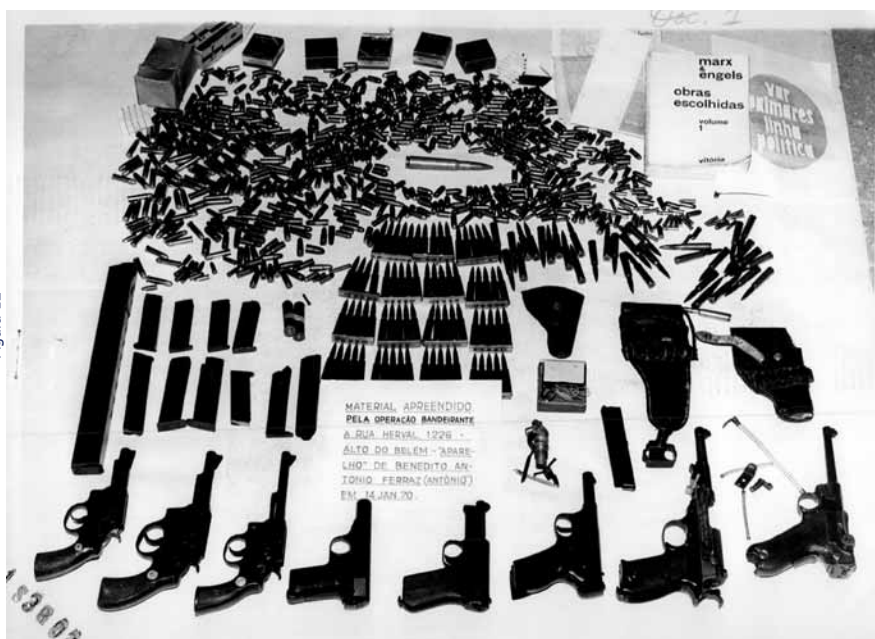


Figura 13



Material apreendido pela Operação Bandeirantes, por ocasião do desmantelamento do comando regional da Var-Palmares em São Paulo (SNI/Anexos, ACE A031689)

Figura 14



Figura 17



Figura 15



Figura 18



Figura 16



Figura 19



Estouro de aparelho da Vanguarda Popular Revolucionária em Porto Alegre – imagens de mimeógrafo e quartos. Documento produzido pela ASI da Eletrobrás em 1º de outubro de 1971 (SNI/Anexos, gaveta 8.4, ACE A049214)

Figura 20



Figura 22

Figura 21



Greve de fome dos presos no Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, iniciada em 5 de maio de 1975 (SNI/Anexos, gaveta 9.4, ACE A083659)



Figura 23



Figura 24

Desenho da bandeira do Brasil encontrado em correspondência apreendida pela Empresa de Correios e Telégrafos.

Brasília, 21 de fevereiro de 1979
(SNI/Anexo, gaveta 11.1, ACE A000509)

Correspondência apreendida pela Empresa de Correios e Telégrafos. Brasília, 21 de fevereiro de 1979
(Fundo SNI/Anexo, gaveta 11.1, ACE A000509)



Figura 25

Cédulas encontradas em correspondência apreendida pela Empresa de Correios e Telégrafos. Brasília, 21 de fevereiro de 1979
(SNI/Anexo, gaveta 11.1, ACE A000509)

Figura 26



Figura 27



Ato público pela anistia, Rio de Janeiro, 1979
(SNI/Anexos, gaveta 11.1, ACE ARJ C001244/79)

Figura 28



Passeata em protesto pelo assassinato do estudante Edson Luís, em 29 de março de 1968 (SNI/Anexos, ACE AC038094)

Figura 29

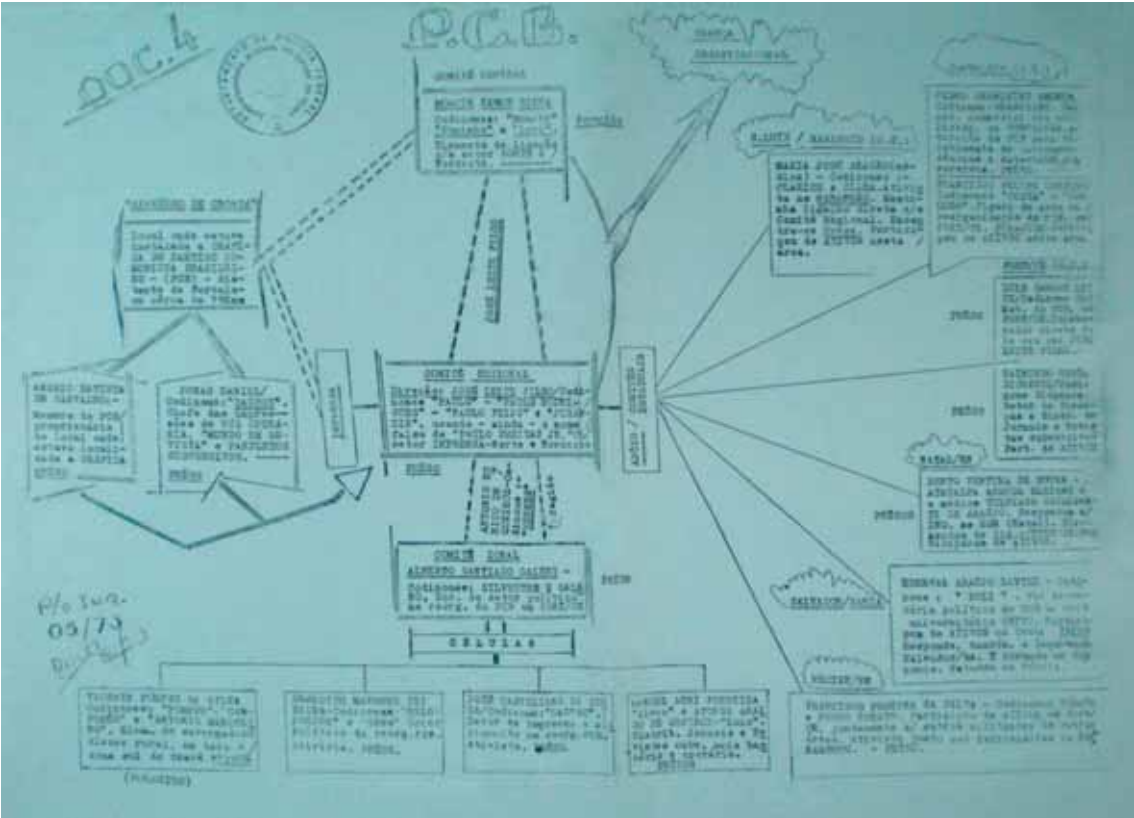




Figura 32

Cartaz do movimento sindical
(DOPS/ES)



Figura 33

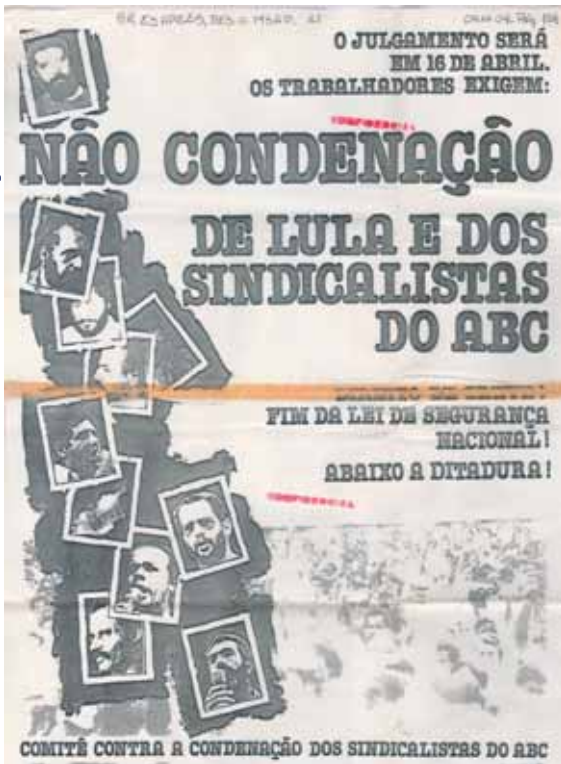
Bandeira do Partido Comunista
(DOPS/ES)

Figura 34



Cartaz contra a usina nuclear
(DOPS/ES)

Figura 35



Cartaz do movimento sindical
(BR.ESAPEES,DES.0.MSAP.21)

Figura 36



Cartaz da Central Única dos Trabalhadores (BR.
ESAPEES,DES.0.MSAP.33)

Figura 37



Figura 38



Manifestações estudantis
e operárias (DOPS/ES)


Figura 39



Figura 40



46
APP.
55

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
D.F.S.P. - DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECRETO

ASSUNTO: Atividades políticas em Goiás
ORIGEM: Informe
CLASSIFICAÇÃO: -
DIFUSÃO: Secretário Sag. Pública/Goiás

PEDIDO DE BUSCA Nº 30
(30 Abr 65)

Dados conhecidos

- Ter-se-ia realizado em ITAUCU, na fazenda de ARI DEMOS-
TENES, no dia 18 de abril do corrente, um almoço do qual te-
riam participado ex-Secretários do Sr. MAURO BORGES. Além da
homenagem ao ex-Governador, tratar-se-ia de encontro com fina-
lidade de definir uma linha de conduta política contra os Go-
vernos Estadual e Federal, com vistas a uma revanche nas pró-
ximas eleições.

Posteriormente, à noite, o mesmo grupo, acrescido de outras /
pessoas, jantou na chácara do Deputado JOSÉ SERRA, o qual es-
taria indicado para assumir uma Secretaria do Gov. de Goiás.

- O advogado RUI DOS REIS GONÇALVES é Oficial de Gabinete do
Marechal RIBAS e comensal de PEDRO LUDOVICO, em cuja mesa par-
ticiparia, constantemente, de jogos de "poker" e onde relata
tudo o que se passa no Palácio das Esmeraldas e no Governo.

Dados solicitados

- Veracidade
- Ampliação
- Qualificação dos participantes da reunião
- Outros dados julgados úteis

Figura 41

PARTICIPE, QUESTIONE, EXISTA!

Partimós então para a montagem de "O papel e Conteúdo do papel". Nesse trabalho não criticamos mais a escola, mas a maneira como nós, alunos, avemos e vemos a sociedade que nos cerca.

Nós precisamos mostrar esse trabalho, você precisa participar! Venha discutir conosco!

Apresentação: Teatro da Reitoria - dia 20 de outubro de 1977.



POR UMA UNIVERSIDADE,
LIVRE E DEMOCRÁTICA
PELO DIREITO DE SER



Figura 43



Figura 44

Capas de publicações (DOPS/PE)



Figura 45

Prontuários de Luís Carlos Prestes e Jorge Amado (DOPS/PE)



Figura 46

Figura 47



Pichação na "Tribuna do Povo" (DOPS/PE)

Figura 48

Publicação relativa à cassação do mandato do senador comunista Luís Carlos Prestes, em 1947 (DOPS/PE)



Figura 49



Figura 50



Figura 51



Figura 52



Figura 53

D.O.P.S - MA.

NOME **CEICI KAMEYANA.**

PAI

MÃE

RESIDÊNCIA

NACIONALIDADE

NATURALIDADE

IDADE

ANOS

DATA

ANOTAÇÕES: Jornalista, militante da POC e da ORGANIZAÇÃO DE COMBATE MARXISTA-LENINISTA, Político Operário, coordenador do Setor de Imprensa e Distribuição Nacional de Organização. Em sucessivos depoimentos prestados no DOI/II EX, declara que o Setor Nacional de Imprensa imprimia e distribuía mensalmente boletins Internos e Externos para 91 militantes, além disso 42 elementos OPP, simpaticamente contactados e apoiados que recebiam o Boletim Externo. Que o Setor de Imprensa imprimia uma edição de 2.372 jornais e documentos subversivos. Desta número, 980 eram impressos mensalmente e o saldo 1.382 em períodos irregulares e sempre acima de um mês.

cont.


Ficha de jornalista acusado de participação em organização clandestina (DOPS/MA)

Figura 54

Prontuário de estudante preso no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna (SP), em 12 de outubro de 1968 (DOPS/MA)

UNION NACI DA UNIA FERRA FERRA

PRONTUÁRIO



FILIAÇÃO: PAI - **LUIS DOMATA RAYNA FERRA**

Mãe - **IRID FERRO RAYNA FERRA**

DATA DO NASCIMENTO: **5 de novembro de 1947.** IDADE: **20 anos**

NACIONALIDADE: **Brasileira.** ESTADO CIVIL: **Solteiro.**

NATURALIDADE: **Estado do Maranhão**

RESIDÊNCIA: **Rua de Alagria nº 270 - São Luís - Maranhão.**

PROFISSÃO: **Discente de 1º ano do Curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de São Luís - Maranhão.**

OCORRÊNCIA: **Prisão em 12/10/1968 em IBIÚNA (SP).**

CAUSA: **Participante do XXX CONGRESSO DA UNIA NACIONAL DOS ESTUDANTES.**

ASSINATURA



Figura 55

Manifesto do Diretório Central dos Estudantes da
Universidade Federal de Minas Gerais (DOPS/MG)

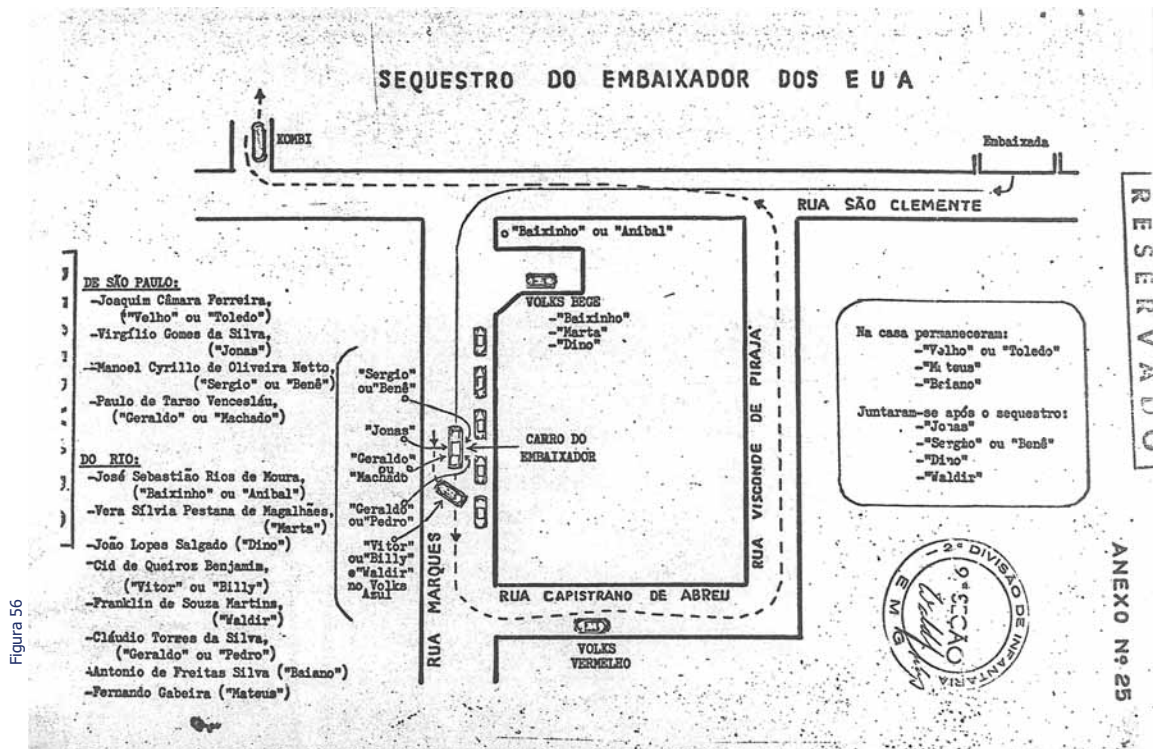


Figura 56

Esquema do sequestro do embaixador dos Estados Unidos (DOPS/MG)



Figura 57

Grupo de banidos momentos antes do embarque (DOPS/MG)

CONGRESSO DA MULHER

* 7 E 8 DE MARÇO *
CURITIBA

8 DE MARÇO DIA INTERNACIONAL DA MULHER.

NOSSA HOMENAGEM A
OPERÁRIAS TEXTÉIS QUE
EM NOVA IORQUE, DESENCA-
DEARAM A PRIMEIRA GREVE
CONDUZIDA UNICAMENTE POR
MULHERES.

HOJE NÓS MULHERES TEMOS
LUTADO LADO A LADO COM OS
HOMENS DE NOSSO POVO, PELA
LIBERDADE, DEMOCRACIA,
POR MELHORES DIAS.



PT330.39

Figura 58



1º DE MAIO

CONTRA O ARROCHO SALARIAL
PELA LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL
PELO DIREITO IRRESTRITO DE GREVE
PELA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
POR UMA VERDADEIRA REFORMA AGRÁRIA
PELA GARANTIA NO EMPREGO
PELA URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS E BAIRROS POBRES
PELAS LIBERDADES POLÍTICAS



DIA DE LUTA CONTRA
A DITADURA E A EXPLORAÇÃO

DE MAIO 14:00 HORAS VILA NOSSA SENHORA DA LUZ PRACA 10

Figura 59

PT1376.363

● **NÓS, TRABALHADORES BRASILEIROS**

NÃO

**ACEITAMOS O DESEMPREGO, A CARESTIA, O PACOTE DA PREVIDÊNCIA, A CONCENTRAÇÃO
DE TERRAS NAS MÃOS DE POUCOS E O REGIME DE ARBITRÍO EM NOSSO PAÍS!**

POR ISTO OS MOVIMENTOS POPULARES, APOIANDO AS DECISÕES DA
CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CLASSES TRABALHADORAS (CONCLAT) E O EN-
CONTRO DAS CLASSES TRABALHADORAS (ENCLAT), CONVOCAM TODOS OS TRA-
BALHADORES PARA O DIA NACIONAL DE LUTA, QUE SERÁ NESTA 5a. FEIRÃ,
DIA 1º DE OUTUBRO, ÀS 18:00 h NA PRAÇA RUI BARBOSA.

VENHA E VAMOS DISCUTIR NOSSOS PROBLEMAS!



DIA 1ª QUINTA FEIRA 18:00H PRAÇA RUI BARBOSA

PMDB- PT -Juventude do PDT- Mov. Contra a Carestia- UPE- UNE - DASCISA
DCE-UFPR- DCE-UCP- Grêmio do Colégio Estadual do PR.- DACE - C.A.Hugo-
Simas- Associação da V.N.S.das Graças - Associação Da V. Oficinas - As-
sociação da V.Formosa- Associação da V. São José- Associação da C.I.C-
Associação dos Vendedores Ambulantes- Conselho das Associações de Bair-
ros- Federação das Associações de Bairro do Paraná- C.A.Enfermagem -
Centro Comunitário de Manutenção .(CECOMA).

Figura 60

Figura 61



Figura 62



Figura 63



Capa de álbum de banidos, 1970 (DOPS/GB)

Figura 64



Repressão às manifestações estudantis realizadas no centro do Rio de Janeiro, em 1968 (DOPS/GB)

Figura 65



Figura 66



Repressão às manifestações estudantis realizadas no centro do Rio de Janeiro, em 1968 (DOPS/GB)



Figura 67

Repressão às manifestações estudantis realizadas no centro do Rio de Janeiro, em 1968 (DOPS/GB)



Figura 68

Estudantes presos durante as manifestações realizadas no centro do Rio de Janeiro, em 1968 (DOPS/GB)



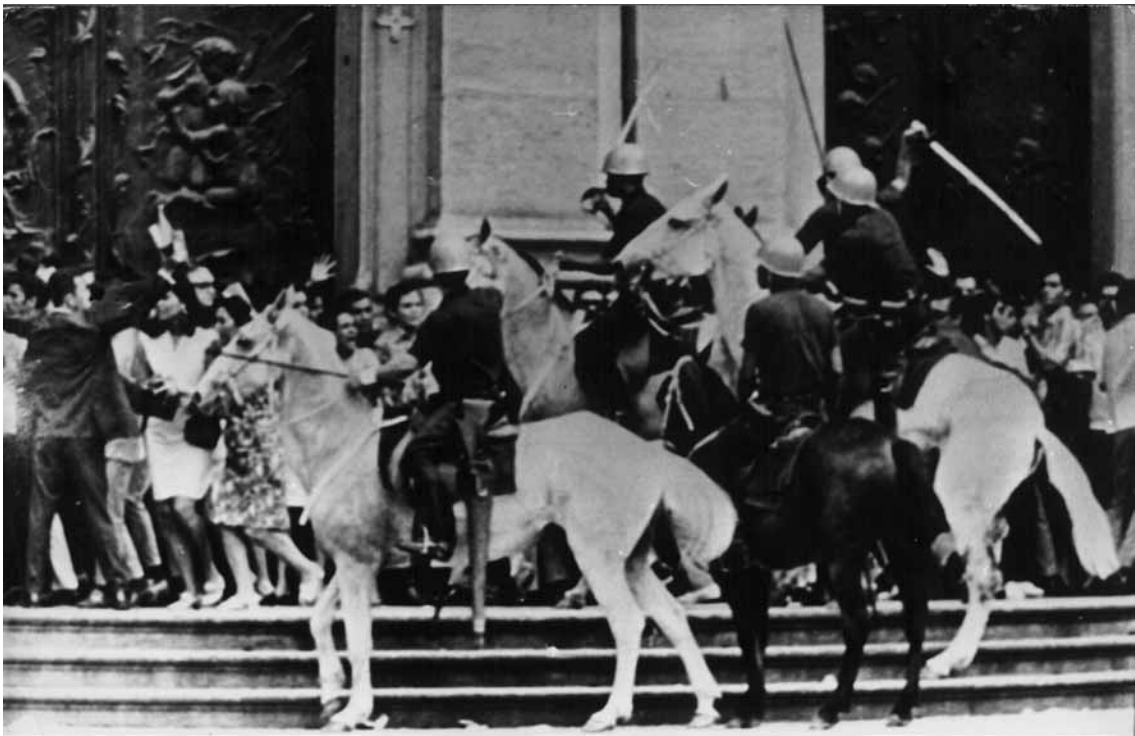
Figura 69



Figura 70

Repressão às manifestações estudantis realizadas no centro do Rio de Janeiro, em 1968 (DOPS/GB)

Figura 71



Repressão às manifestações estudantis realizadas no centro do Rio de Janeiro, em 1968 (DOPS/GB)

Figura 72



Figura 73



Repressão às manifestações estudantis realizadas no centro do Rio de Janeiro, em 1968 (DOPS/GB)



Figura 74

Ato público pela anistia, 1979 (DOPS/SP, pasta 20-C-44)

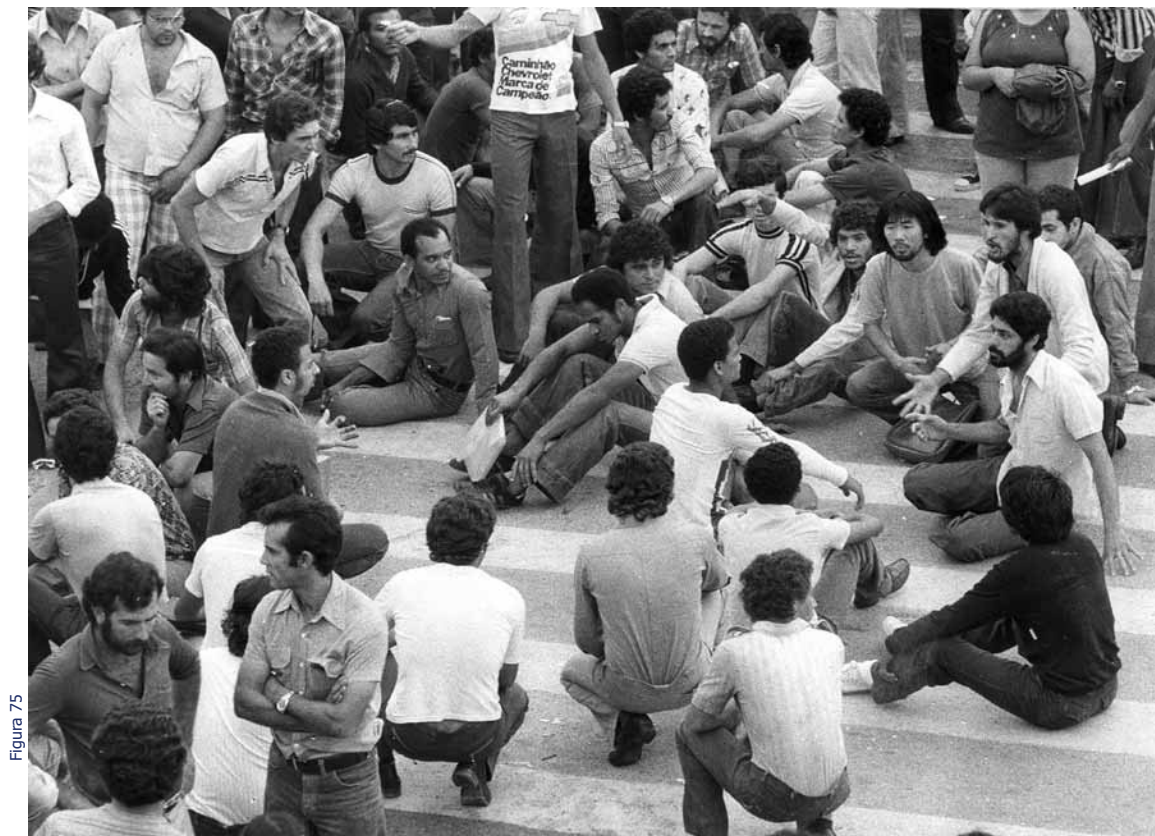


Figura 75

Ato público pela anistia, 1979 (DOPS/SP, pasta 20-C-44)



Figura 76

Protesto diante da igreja da Consolação, onde é velado corpo de operário assassinado (DOPS/SP, pasta 50-B-58)



Figura 77

Cartaz identificando militantes guerrilheiros procurados pela polícia durante o regime militar (DOPS/SP, pasta 20-C-2, doc. 1493)

Figura 78

CARLOS LAMARCA
CODINOME: Cesar, João, Cid, Renat.
ORGANIZAÇÃO: VPR
Album: 07 - Foto 58

- Mencionado na lista de ~~desaparecidos~~ mortas ou desã
parecidas em resultado ~~de~~ ação dos órgãos de sa
gurança brasileiros, divulgada pelo Comitê Brazi
leiro pela Anistia, no Rio. Publicada no Jornal
Est. de São Paulo. do dia 28-03-71.

- O Conselho Permanente da ~~Força~~ Militar, da
2ª Auditoria de Guerra, resolveu declarar extin
ta a punibilidade, em aplicação a Artigo 52, le
segue



Figura 79

Carlos Lamarca, capitão do Exército, desertou em 1969 e ingressou na luta armada contra o regime militar (DOPS/SP)

Figura 80



Figura 81



Figura 82



Figura 83



Greve dos metalúrgicos do ABC
(DOPS/SP, Álbum da greve dos
metalúrgicos, 1979-1980)



Figura 84



Figura 85

Greve dos metalúrgicos do ABC (DOPS/SP, Álbum da greve dos metalúrgicos, 1979-1980)



Figura 86

Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, São Paulo, 1968 (DOPS/SP, prontuário n. 145.397)



Figura 87

Prisão de estudantes que participavam do Congresso da UNE em Ibiúna (DOPS/SP)

Figura 88

D. F. S. P. INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO		SÉRIE										ANO DO NASCIMENTO																																			
L. N. I. NÚMERO		SÉRIE										ANO DO NASCIMENTO																																			
SIGLA 1-2 ESTADUAL SP		REG. ESTADUAL 3-5		DELEGACIA 10-12 Ord. Social		N.º DOS AUTOS 14-17 4/3/70		DATA		I. N. I. N.º 18-21 primeira																																					
NOME VIRIATO XAVIER DE MELO												ALCUNHAS E OUTROS NOMES RICARDO																																			
PAI João Joaquim de Melo Neto												MÃE Ana Xavier de Melo																																			
DATA DO NASC. 22-23 24/3/1917		NACIONALIDADE 29 brasileira Cruz. do Sul-Acro- mase.		NATURALIDADE 30-31 branca		SEXO 32 branca		COR		ALTURA		PROFISSÃO 31-33 Func. Pub. Fed.																																			
RESIDÊNCIA Rua Pedro Pisato nº40-Curitiba												LOCAL DE TRABALHO (aposentado)																																			
INCIDÊNCIA PENAL 35-37 Lei de Segurança Nacional																																															
38 - ESTADO CIVIL <input checked="" type="checkbox"/> 1. CASADO <input type="checkbox"/> 2. SOLTEIRO <input type="checkbox"/> 3. SEPARADO <input type="checkbox"/> 4. DESQUITADO <input type="checkbox"/> 5. VIÚVO <input type="checkbox"/> 6. AMIGADO <input type="checkbox"/> 7. DIVORCIADO												41 - NATUREZA DA INFRAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> 1. CRIME <input type="checkbox"/> 2. CONTRAÇÃO 42-46 DATA DO FATO INDETERMINADO Dia Mes Ano 47 - DIA DA SEMANA <input type="checkbox"/> 1. DOMINGO <input type="checkbox"/> 2. SEGUNDA-FEIRA <input type="checkbox"/> 3. TERÇA-FEIRA <input checked="" type="checkbox"/> 4. QUARTA-FEIRA <input type="checkbox"/> 5. QUINTA-FEIRA <input type="checkbox"/> 6. SEXTA-FEIRA <input type="checkbox"/> 7. SÁBADO <input type="checkbox"/> 8. FÉRIAS 48-49 HORA INDETERMINADO 50 - NÚMERO DE FILHOS 3												51 - MEIOS EMPREGADOS <input type="checkbox"/> 1. ARMA DE FOGO <input type="checkbox"/> 2. ARMA CORTANTE OU PERFORANTE <input type="checkbox"/> 3. ARMA CONTUNDENTE <input type="checkbox"/> 4. FOGO <input type="checkbox"/> 5. VENENO <input type="checkbox"/> 6. SEM INSTRUMENTO <input type="checkbox"/> 7. VEÍCULO <input type="checkbox"/> 8. INDETERMINADOS <input checked="" type="checkbox"/> 9. OUTROS 52-53 CAUSAS PRESUMÍVEIS <input type="checkbox"/> 01. ALIENAÇÃO <input type="checkbox"/> 02. ALCOOLISMO <input type="checkbox"/> 03. AMBICÃO <input type="checkbox"/> 04. CIOME <input type="checkbox"/> 05. DEVAZIDÃO <input type="checkbox"/> 06. IMPERÍCIA, IMPRUDÊNCIA OU NEGLIGÊNCIA <input type="checkbox"/> 07. ÓDIO OU VINGANÇA <input type="checkbox"/> 08. ENTORPECENTES <input type="checkbox"/> 09. INDETERMINADAS <input checked="" type="checkbox"/> 10. OUTRAS												54-55 LOCAL DA OCORRÊNCIA <input type="checkbox"/> 01. HABITAÇÃO COLETIVA <input type="checkbox"/> 02. CASA DE TOLERÂNCIA <input type="checkbox"/> 03. CAFÉ, BAR ETC. <input type="checkbox"/> 04. EDIFÍCIO PÚBLICO <input type="checkbox"/> 05. CASA COMERCIAL <input type="checkbox"/> 06. INDÚSTRIA <input type="checkbox"/> 07. HOTEL, PENSÃO <input type="checkbox"/> 08. HOSPITAL <input type="checkbox"/> 09. PRÉDIO EM OBRAS <input type="checkbox"/> 10. PENITENCIÁRIA, REFORMATÓRIO <input type="checkbox"/> 11. PROPRIEDADE AGRÍCOLA <input type="checkbox"/> 12. PROSTITUTO <input type="checkbox"/> 13. RESIDÊNCIA PART. <input type="checkbox"/> 14. TRANSPORTE COLETIVO <input type="checkbox"/> 15. VIA FÉRREA <input type="checkbox"/> 16. MAR, RIO, LAGOA <input type="checkbox"/> 17. VIA PÚBLICA <input type="checkbox"/> 18. IGNORADO <input checked="" type="checkbox"/> 19. OUTROS											
INFORMAÇÕES POLICIAIS																																															
MOTIVO DA DETENÇÃO Infração a Lei de Segurança Nacional																																															
LOCAL na via pública, em Curitiba.												23/2/70				17:00																															
EM COMPANHIA DE (NOME E N.º) nd																																															
DOCUMENTO DE IDENTIDADE 20.550.002 -PR.												AUTOR DA DETENÇÃO Agentes do DOPS.-SP.																																			
FOTOGRAFIA TIRADA												OBSERVAÇÕES																																			
SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>																																															
4.ª VIA Cópia para o arquivo da Delegacia de Polícia.																																															

Ficha de Viriato Xavier de Melo
(DOPS/SP, prontuário 104.503)

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA
SÃO PAULO



10) - Visualização nesta ilustração a situação e posição como foi encontrado o cadáver de Carlos Marighela pela Polícia Técnica, no interior do automóvel de placa nº 24.69.25(São Paulo-SP), da marca VOLKSWAGEN.-

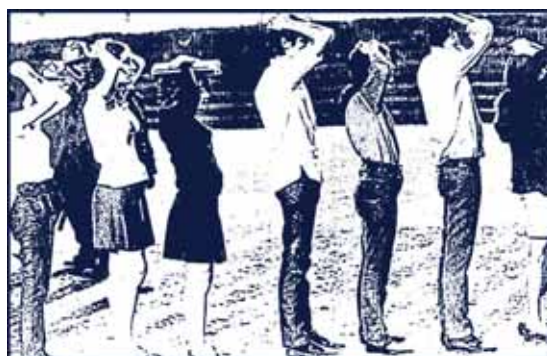
É desautorizado o uso desta fotografia, desacompanhado do respectivo laudo pericial do Instituto de Polícia Técnica do Estado.

Rua Quirino de Andrade, 185 — Fone: 35-4121

E. G. - S.P.P. - Mod. 896

Figura 89

Carlos Marighela, militante na luta armada contra o regime militar, morto em ação policial na cidade de São Paulo, em 4 de novembro de 1969 (DOPS/SP, pasta 20-C-24)



CASA CIVIL-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

